



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

ISSN 2183-1637



Estatísticas da Saúde 2020

Edição 2022



Estatísticas
oficiais



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

FICHA TÉCNICA

Título

Estatísticas da Saúde - 2020

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 218 426 100
Fax: 218 454 084

Presidente do Conselho Diretivo

Francisco Lima

Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Publicação periódica

Anual

População e Sociedade

Edição digital

ISSN 2183-1637
ISBN 978-989-25-0599-2

O INE, I. P., na Internet www.ine.pt



Apoio | ao utilizador

218 440 695

© INE, I.P., Lisboa • Portugal, 2022

A informação estatística disponibilizada pelo INE pode ser usada de acordo com a Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0) da Creative Commons Attribution 4.0, devendo contudo ser claramente identificada a fonte da informação.



APRESENTAÇÃO

O INE divulga a edição anual da publicação “Estatísticas da Saúde”, com informação principalmente relativa a 2020, organizada em seis capítulos:

- Estado de saúde
- Hospitais
- Farmácias e medicamentos
- Pessoal de saúde inscrito
- Partos
- Conta Satélite da Saúde

A informação estatística é apresentada com desagregação geográfica ao nível da região NUTS III, sempre que possível. Inclui-se ainda uma breve descrição das operações estatísticas que estão na origem das estatísticas disponibilizadas, bem como dos conceitos e classificações utilizados.

Nesta edição não são apresentados os dados relativos à mortalidade por causas de morte em 2020, nem os relativos à morbilidade por doenças de declaração obrigatória, ainda não completados e disponibilizados pela Direção-Geral da Saúde. Não é também possível apresentar os indicadores relativos aos anos de vida saudáveis, cujo cálculo depende de informação sobre as tábuas de mortalidade 2020 que não foi disponibilizada pelo Eurostat até 15 de março de 2022.

Abril de 2022.

FOREWORD

Statistics Portugal releases the annual edition of “Estatísticas da Saúde”, with information mainly for 2020 organised in six chapters:

- Health status
- Hospitals
- Pharmacies and medicines
- Health professionals licensed to practice
- Childbirths
- Health Satellite Account

Data comprise the geographical disaggregation by NUTS 3 region whenever possible. A brief description of the statistical data collections that are the origin of the information is also included, as well as the concepts and classifications used in the publication.

This edition does not present data on mortality by causes of death in 2020, nor on morbidity due to notifiable diseases, which have not yet been completed and made available by the Directorate-General of Health. It is also not possible to present indicators for healthy life years, the calculation of which depends on information on the 2020 life tables that was not made available by Eurostat until 15 March 2022.

April 2022.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Esta publicação apresenta as estatísticas sobre a saúde em Portugal principalmente em relação a 2020, obtidas no contexto do Sistema Estatístico Nacional.

Não são, todavia, apresentados os dados relativos à mortalidade por causas de morte em 2020, nem os relativos à morbilidade por doenças de declaração obrigatória, ainda não completados e disponibilizados pela Direção-Geral da Saúde. Não é também possível apresentar os indicadores relativos aos anos de vida saudáveis, cujo cálculo depende de informação sobre as tábuas de mortalidade 2020 que não foi disponibilizada pelo Eurostat até 15 de março de 2022.

A informação disponibilizada permite tirar as seguintes conclusões:

- Se no início da pandemia COVID-19, em 2020, 51,3% da população residente com 16 ou mais anos avaliava o seu estado de saúde como bom ou muito bom, o valor obtido no segundo ano da crise sanitária reduziu-se para 50,2%;
- A percentagem da população com 16 ou mais anos que indicou sentir-se limitada na realização de atividades consideradas habituais para a generalidade das pessoas devido a um problema de saúde aumentou de 32,1% em 2020 para 34,9% em 2021;
- 26,6% da população com 16 ou mais anos reportou ter sentido um efeito negativo da pandemia COVID-19 sobre a saúde mental em 2021;
- Esta condição foi referida por mais mulheres (30,2%) do que homens (22,4%), e em proporções bastante semelhantes na população com menos de 65 anos (26,8%) e na população idosa (25,9%);
- Em 2020, existiam em Portugal 241 hospitais, mais um do que no ano anterior e mais 12 do que em 2010;
- Tal como no ano anterior, mais de metade dos hospitais eram privados (128);
- Todavia, os hospitais públicos mantinham em 2020 a maioria das camas disponíveis para internamento (de um total de 36,3 mil camas, 23,4 mil estavam nos hospitais públicos, 11,9 mil nos hospitais privados e 1,0 mil nos hospitais em parceria público-privada);

EXECUTIVE SUMMARY

This publication presents statistical data on health in Portugal mainly related to 2020, obtained in the context of the National Statistical System.

However, data on mortality by causes of death in 2020, nor those on morbidity due to notifiable diseases, are not presented which have not yet been completed and made available by the Directorate-General of Health. It is also not possible to present indicators for healthy life years, the calculation of which depends on information on the 2020 life tables that was not made available by Eurostat until 15 March 2022.

The information provided allows for the following conclusions:

- While at the beginning of the COVID-19 pandemic, in 2020, 51.3% of the resident population aged 16 or over rated their health status as good or very good, the value obtained in the second year of the health crisis was reduced to 50.2%;
- The percentage of the population aged 16 or over who indicated being limited in carrying out activities people usual do because of a health problem increased from 32.1% in 2020 to 34.9% in 2021;
- 26.6% of the population aged 16 or over reported a negative effect of the COVID-19 pandemic on mental health in 2021;
- This condition was reported by more women (30.2%) than men (22.4%), and in very similar proportions in the population under 65 years old (26.8%) and in the elderly population (25.9 %);
- In 2020, there were 241 hospitals in Portugal, one more than in the previous year, and 12 more than in 2010;
- Most hospitals (128) were private, as in the previous year;
- Nevertheless, the majority of beds available for hospitalisation were in public hospitals (of a total of 36.3 thousand beds, 23.4 thousand were available in public hospitals, 11.9 thousand in private hospitals and 1.0 thousand in public-private partnership hospitals);

- No global, o número de camas em 2020 era superior ao disponível quer em 2019 (mais 230 camas), quer em 2010 (mais 676 camas);
- Foram registados 987,2 mil internamentos (menos 162,9 mil do que em 2019 e menos 210,2 mil do que em 2010), correspondendo a 9,4 milhões de dias de internamento (menos 9,3% em relação ao ano anterior e menos 7,6% em relação a 2010);
- 70,5% dos internamentos ocorreram em hospitais públicos;
- A duração média de internamento foi de 7,5 dias nos hospitais gerais e de 47,0 dias nos hospitais especializados;
- No final de 2020, o pessoal ao serviço nos hospitais era composto por 26 249 médicos (mais 15,9% do que em 2010), 48 255 enfermeiros (mais 27,2% do que em 2010), e 10 508 técnicos de diagnóstico e terapêutica (mais 23,7% que em 2010);
- A maioria dos médicos ao serviço nos hospitais (70,8%) eram médicos especialistas e a maioria dos enfermeiros ao serviço nos hospitais (77,8%) eram enfermeiros de cuidados gerais;
- Foram realizados 5,7 milhões de atendimentos nos serviços de urgência dos hospitais em 2020, menos 29,6% do que em 2019 e menos 23,9% do que em 2010;
- Os atendimentos nos serviços de urgência foram principalmente realizados nos hospitais públicos (77,4% do total de atendimentos);
- Realizaram-se 18,4 milhões de consultas médicas nas unidades de consultas externas dos hospitais em 2020, com uma diminuição de 2,7 milhões de consultas relativamente a 2019 (menos 12,7%) e um aumento de 2,7 milhões de consultas em relação a 2010 (mais 16,9%);
- A maioria das consultas médicas nas unidades de consultas externas dos hospitais (62,2%) foram realizadas nos hospitais públicos;
- As consultas externas realizadas repartiram-se em 59,2% de consultas de especialidades médicas e 40,8% de consultas de especialidades cirúrgicas;
- Efetuaram-se 858,1 mil cirurgias (exceto pequenas cirurgias) nos hospitais, menos 176,0 mil do que no ano anterior (menos 17,0%);
- Overall, the number of beds in 2020 was higher than in 2019 (230 more beds) and in 2010 (676 more beds);
- There were 987.2 thousand hospitalisations (162.9 thousand less than in 2019 and 210.2 thousand less than in 2010), corresponding to 9.4 million days of hospitalisation (9.3% less than in the previous year and 7.6% less than in 2010);
- 70.5% of the hospitalisations occurred in public hospitals;
- The average duration of hospitalisations was 7.5 days in general hospitals and 47.0 days in specialised hospitals;
- By the end of 2020, the number of persons employed in hospitals accounted for 26,249 doctors (15.9% more than in 2010), 48,255 nurses (27.2% more than in 2010), and 10,508 diagnosis and therapeutic technicians (23.7% more than in 2010);
- The majority of doctors working in hospitals (70.8%) were specialist doctors, and the majority of nurses working in hospitals (77.8%) were generalist nurses;
- A total of 5.7 million attendances at emergency services in hospitals were performed in 2020, 29.6% less than in 2019 and 23.9% less than in 2010;
- The attendances at emergency services have been mainly performed in public hospitals (77.4% of the total);
- The number of external medical appointments carried out in the external appointments units of hospitals were 18.4 million in 2020, following a reduction of 2.7 million appointments in relation to 2019 (12.7% less) and an increase of 2.7 million in relation to 2010 (16.9% more);
- The majority (62.2%) of external medical appointments have been performed in public hospitals;
- The external appointments were composed by 59.2% external appointments in medical specialties and 40.8% in surgical specialties;
- There were 858.1 thousand surgeries (except minor surgeries) performed in hospitals i.e. fewer 176.0 thousand than in the previous year (less 17.0%);

- O número de pequenas cirurgias nos hospitais foi 149,4 mil, menos 55,2 mil do que em 2019 (menos 27,0%);
- No conjunto dos dois grupos de cirurgias, 65,0% foram realizadas em hospitais públicos;
- Existiam em atividade 2 922 farmácias e 191 postos farmacêuticos móveis em 2020, ou seja, menos duas farmácias e menos quatro postos farmacêuticos móveis do que em 2019;
- O número médio de farmácias e postos farmacêuticos móveis foi 30 por 100 mil habitantes, idêntico ao do ano anterior;
- Existiam 8 889 medicamentos (marcas) no mercado farmacêutico, menos 232 do que em 2019;
- 42,7% dos medicamentos (marcas) eram comparticipados pelo Estado;
- No ano em análise, estavam inscritos na Ordem dos Médicos 57 198 médicos, ou seja, mais 1 766 profissionais do que no ano anterior;
- O número de médicos por mil habitantes era 5,6, superior ao registado no ano anterior (5,4) e ao de 2008 (3,7);
- 61% eram médicos especialistas;
- No mesmo ano, estavam inscritos 10 980 médicos dentistas na Ordem dos Médicos Dentistas, ou seja, mais 440 do que em 2019;
- O número de médicos dentistas por mil habitantes era 1,07, superior a 2019 (1,02);
- Existiam 77 984 enfermeiros em atividade de acordo com a Ordem dos Enfermeiros, ou seja, mais 2 211 do que em 2019;
- O número de enfermeiros por mil habitantes era 7,6 em 2020, superior ao registado no ano anterior (7,4);
- 73,9% dos enfermeiros eram generalistas;
- Existiam 15 565 farmacêuticos em Portugal de acordo com a Ordem dos Farmacêuticos, mais 1 711 do que no anterior;
- O número de farmacêuticos por mil habitantes era 1,5 em 2020, superior ao registado no ano anterior (1,3);
- A maioria dos farmacêuticos eram farmacêuticos de oficina (63,1%);
- Em 2020, ocorreram 83,8 mil partos em Portugal, menos 2 179 do que em 2019;
- The number of minor surgeries was 149.4 thousand, 55.2 less than in 2019 (27.0% less);
- Considering both groups of surgeries, 65.0% were performed in public hospitals;
- 2,922 pharmacies and 191 mobile medicine depots were active in 2020, i.e. fewer two pharmacies and four mobile medicine depots than in 2019;
- The average number of pharmacies and mobile medicine depots was 30 per 100,000 inhabitants, the same as in the previous year;
- The number of medicines (brands) in the pharmaceutical market was 8,889, i.e. 232 less than in 2019;
- 42.7% of medicines (brands) were cost shared by the Government;
- In the year under review, there were 57,198 doctors certified by the Portuguese Medical Association, i.e. more 1,766 doctors than in the previous year;
- The number of doctors per 1,000 inhabitants was 5.6, higher than in the previous year (5.4) and than in 2008 (3.7);
- 61% of doctors were specialist;
- In the same year, there were 10,980 dentists certified by the Medical Dentist Association, i.e. 440 more than in 2019;
- The number of dentists per 1,000 inhabitants was 1.07, higher than in 2019 (1.02);
- There were 77,984 active nurses certified by the Portuguese Nurses Association, 2,211 more than in 2019;
- The number of nurses per 1,000 inhabitants was 7.6 in 2020, higher than in the previous year (7.4);
- 73.9% of nurses were generalist;
- There were 15,565 pharmacists certified by the Portuguese Pharmacists Association, 1,711 more than in previous year;
- The number of pharmacists per thousand inhabitants was 1.5, higher than in the previous year (1.3);
- The majority of pharmacists were community pharmacists (63.1%);
- In 2020 there were 83.8 thousand parturitions in Portugal, 2,179 less than in 2019;

- A despesa corrente em cuidados de saúde representou 10,1% do PIB em 2020 (dados preliminares);
- Nesse ano, a despesa corrente pública em cuidados de saúde representou 67,6% da despesa corrente em cuidados de saúde, mais 3,8 p.p. em relação ao ano anterior (63,8%);
- Os principais financiadores da despesa corrente em cuidados de saúde em 2020 foram o Serviço Nacional de Saúde e os Serviços Regionais de Saúde (56,6%).
- Total current health expenditure was 10.1% of GDP in 2020 (preliminary data);
- In that year, public health expenditure accounted for 67.6% of total current health expenditure, 3.8 pp more than in the previous year (63.8%);
- The National Health Service and the Regional Health Services were the main financing agents of the current health expenditure (56.6%) in 2020.

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 - ESTADO DE SAÚDE	11
Autoapreciação do estado de saúde	11
Doenças crônicas e problemas de saúde prolongados	14
Limitação na realização das atividades	16
Impacto negativo sobre a saúde mental devido à pandemia COVID-19	18
CAPÍTULO 2 - HOSPITAIS	20
Hospitais	20
Pessoal ao serviço	21
Camas	23
Equipamentos	23
Urgências	24
Consultas médicas	24
Atos complementares de diagnóstico e/ou terapêutica	25
Cirurgias	25
Partos	25
Internamentos	26
CAPÍTULO 3 - FARMÁCIAS E MEDICAMENTOS	27
Farmácias/Postos farmacêuticos móveis	27
Medicamentos	28
CAPÍTULO 4 - PESSOAL DE SAÚDE INSCRITO	29
Médicos	29
Enfermeiros	31
Farmacêuticos	31
CAPÍTULO 5 - PARTOS	32
CAPÍTULO 6 - CONTA SATÉLITE DA SAÚDE	35
Despesa corrente em saúde e Produto Interno Bruto (PIB)	35
Despesa corrente pública e privada	35
Despesa corrente por agentes financiadores	37
METAINFORMAÇÃO ESTATÍSTICA	39
Conceitos	40
Classificações	45
Nota Metodológica	55
Sinais Convencionais	57
Siglas e Abreviaturas	57
Unidades de Medida	57

ESTADO DE SAÚDE

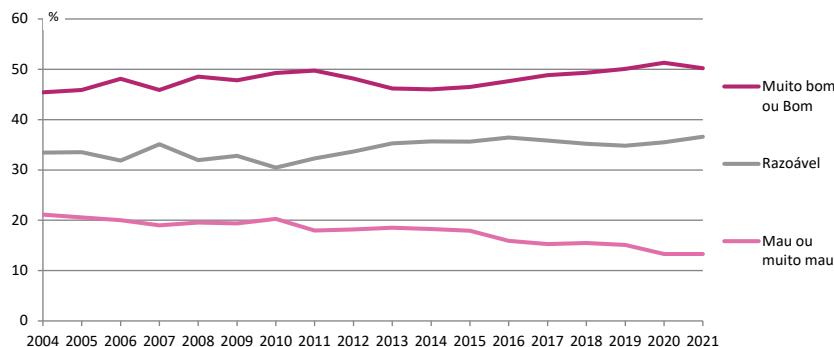
Autoapreciação do estado de saúde

De acordo com os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) realizado em 2021, 50,2% da população com 16 ou mais anos avaliava como bom ou muito bom o seu estado de saúde, menos 1,1 p.p. do que no ano anterior (51,3%); este decréscimo era integralmente compensado pelo aumento da população que referia o seu estado de saúde como razoável (36,6% em 2021, mais 1,1 p.p. que em 2020, ou seja, 35,5%). Em 2021, a proporção da população que avaliava o estado de saúde de forma negativa (mau ou muito mau) manteve-se em 13,3%, valor idêntico ao ano anterior.

A análise temporal do indicador permite observar uma quebra na crescente da autoapreciação positiva do estado de saúde que se verificava desde 2014, mantendo-se, todavia, acima dos 50% - proporção apenas atingida em 2019 – e bastante acima dos valores de 2013 a 2015 (entre 46,0% e 46,5%). A proporção de pessoas que avaliava negativamente o seu estado de saúde (13,3%) em 2021 confirmava a tendência de decréscimo contínuo desde 2010, ano em que representava cerca de 1/5 da população com 16 ou mais anos.

Figura 1.1

Proporção da população por autoapreciação do estado de saúde, Portugal, 2004-2021



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Nota: População com 16 ou mais anos

Apesar de ter diminuído em ambos os sexos, a avaliação positiva do estado de saúde continuava a ser mais frequente nos homens (54,2% em 2021 e 55,7% em 2020) do que nas mulheres (46,6% em 2021 e 47,4% em 2020).

Por grupo etário, a distribuição da população com avaliação positiva do seu estado de saúde mantinha-se coerente com os resultados anteriores do mesmo inquérito, bastante mais elevada nas pessoas dos 16 aos 64 anos (62,1% em 2021) comparativamente às de 65 ou mais anos (16,8%). Em relação ao ano precedente, verifica-se um ligeiro decréscimo na população com menos de 65 anos e com avaliação positiva do seu estado de saúde (63,7% em 2020) e um ligeiro aumento na de 65 ou mais anos (15,6%).

A percentagem de pessoas que avaliavam o seu estado de saúde como bom ou muito bom em 2021 era significativamente maior para níveis de escolaridade mais elevados, aumentando de 9,9% no caso dos que não terminaram qualquer nível de ensino para 34,1% no caso dos que terminaram o ensino básico, 66,2% para os que tinham concluído o ensino secundário ou pós-secundário, e 74,1% para os que tinham concluído o ensino superior.

No mesmo ano, de entre os vários grupos de condição perante o trabalho, a população empregada era que referia com maior frequência uma avaliação positiva do estado de saúde (65,2%), proporção bastante superior à obtida para a população desempregada (50,5%) e, sobretudo, para população reformada (17,2%).

Figura 1.2

Proporção da população que avalia o seu estado de saúde como bom ou muito bom por categorias sociodemográficas, Portugal, 2020-2021

unidade: %

	2021	2020
<i>Sexo e Grupo etário</i>		
Total	50,2	51,3
16-64 anos	62,1	63,7
65+ anos	16,8	15,6
Homens	54,2	55,7
16-64 anos	65,0	66,9
65+ anos	19,5	19,1
Mulheres	46,6	47,4
16-64 anos	59,4	60,8
65+ anos	14,9	13,0
<i>Nível de escolaridade</i>		
Nenhum	9,9	10,1
Ensino básico	34,1	36,5
Ensino secundário	66,2	69,8
Ensino superior	74,1	75,5
<i>Condição perante o trabalho</i>		
Empregados	65,2	67,3
Desempregados	50,5	52,8
Reformados	17,2	16,7
Outros inativos	54,7	55,4

Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

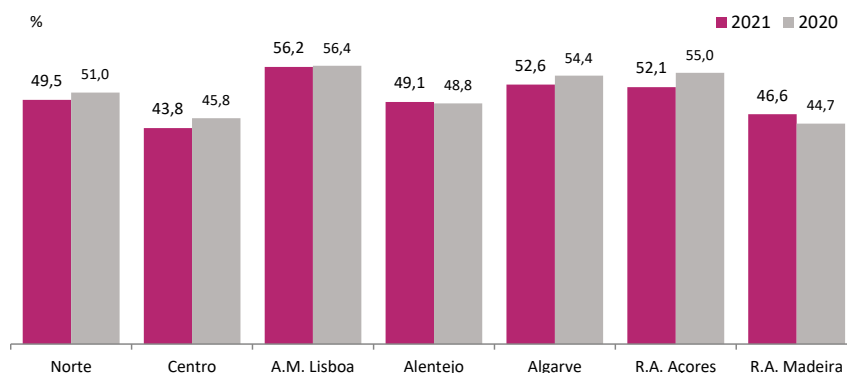
Nota: População com 16 ou mais anos

A Área Metropolitana de Lisboa registava a maior proporção de pessoas com 16 ou mais anos com uma perceção boa ou muito boa do seu estado de saúde (56,2% em 2021), posição que mantinha desde o ano anterior (56,4% em 2020). Em 2021, também os residentes no Algarve (52,6%) e na Região Autónoma dos Açores (52,1%) avaliavam positivamente o seu estado de saúde acima da média nacional (50,2%). A população residente na região Centro registava, por outro lado, a frequência mais baixa deste indicador em 2021 (43,8%), com um decréscimo de 2,0 p.p. em relação ao ano precedente (45,8%).

Entre 2020 e 2021, a proporção da população da Região Autónoma da Madeira com avaliação positiva do seu estado de saúde aumentou de 44,7% para 46,6%, contrariando a tendência decrescente de quase todas as outras regiões do país.

Figura 1.3

Proporção da população que avalia o seu estado de saúde como bom ou muito bom, NUTS II, 2020-2021



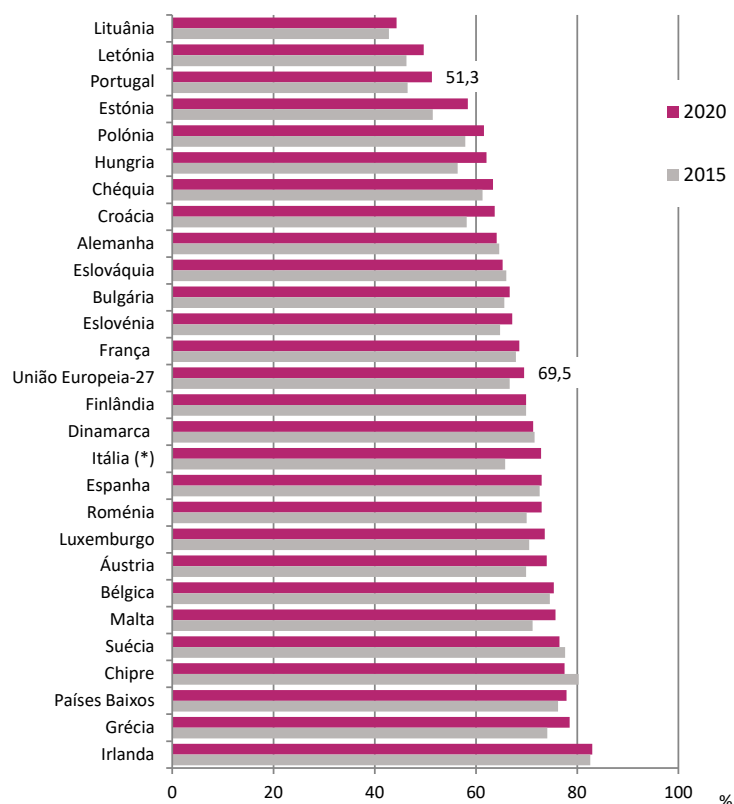
Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Nota: População com 16 ou mais anos

Em 2020, Portugal continuava a ser um dos países da UE-27 em que a perceção boa ou muito boa do estado de saúde era mais baixa: 51,3% i.e. 18,2 p.p. menos que a média obtida para a UE-27 no mesmo ano (69,5%).

Figura 1.4

Proporção da população que avalia o seu estado de saúde como bom ou muito bom, UE-27 2015 e 2020



Fonte: Eurostat [hlth_silc_10]

Notas: (*) dados de 2019

Doenças crónicas e problemas de saúde prolongados

Em 2021, 43,9% da população com 16 ou mais anos referia ter uma doença crónica ou problema de saúde prolongado¹, mais 0,7 p.p. do que em 2020 (43,2%) e mais 2,7 p.p. do que em 2019 (41,2%).

À semelhança dos anos anteriores, em 2021 esta condição afetava mais mulheres (47,0%) do que homens (40,4%), e especialmente a população com 65 ou mais anos (71,4%, em comparação com 34,1% para a população com menos de 65 anos).

Por outro lado, a proporção de pessoas que referiram ter doença crónica ou um problema de saúde prolongado era consideravelmente menor para a população que tinha concluído o ensino secundário ou o ensino superior (nos dois casos, cerca de 31% em 2021), comparativamente à população com ensino básico (53,3%) e à população sem qualquer nível de escolaridade completo (80,1%).

Por condição perante o trabalho, é evidente a superioridade da prevalência da morbilidade crónica na população reformada (71,1%) por comparação com a da população empregada (30,9%) ou com a da população desempregada (40,6%).

Figura 1.5

Proporção da população que referiu ter doença crónica ou problema de saúde prolongado por categorias sociodemográficas, Portugal, 2020-2021

unidade: %

	2021	2020
<i>Sexo e Grupo etário</i>		
Total	43,9	43,2
16-64 anos	34,1	32,5
65+ anos	71,4	73,8
Homens	40,4	39,6
16-64 anos	32,0	30,3
65+ anos	67,5	70,2
Mulheres	47,0	46,3
16-64 anos	36,0	34,4
65+ anos	74,3	76,4
<i>Nível de escolaridade</i>		
Nenhum	80,1	80,6
Ensino básico	53,3	51,6
Ensino secundário	31,3	29,2
Ensino superior	30,8	29,9
<i>Condição perante o trabalho</i>		
Empregados	30,9	29,0
Desempregados	40,6	40,7
Reformados	71,1	73,2
Outros inativos	43,8	41,2

Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Nota: População com 16 ou mais anos

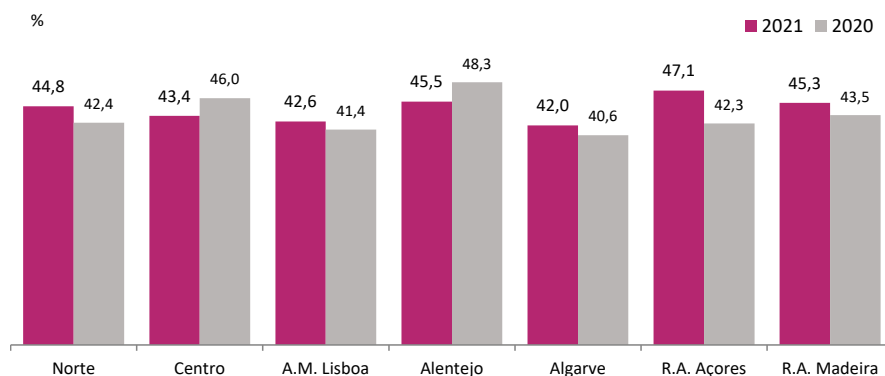
O indicador de morbilidade crónica da população com 16 ou mais anos registou um aumento pelo segundo ano consecutivo em 2021, atingindo o valor mais elevado dos últimos seis anos em ambos os sexos.

¹ Problema de saúde que dura ou que possa vir a durar 6 ou mais meses.

A prevalência da morbilidade crónica, em 2021, foi maior na Região Autónoma dos Açores (47,1%), mais 4,8 p.p. do que em 2020 (42,3%), e menor na região do Algarve (42,0% em 2021), mais 1,8 p.p. em relação ao ano anterior (40,6%).

Figura 1.6

Proporção da população com 16 ou mais anos com doença crónica ou problema de saúde prolongado, NUTS II, 2020-2021

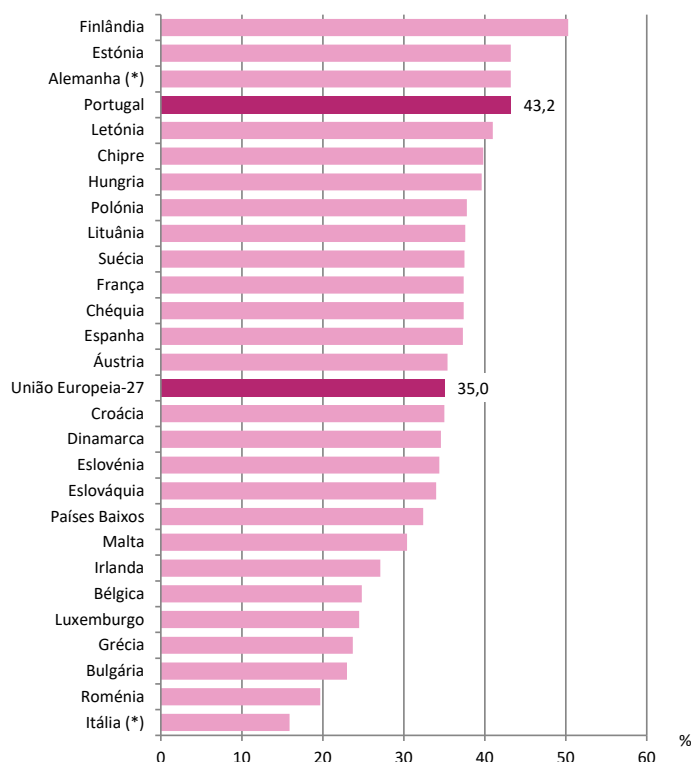


Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Os resultados obtidos ao nível da UE-27 relativos a 2020, indicam que Portugal era um dos cinco países em que a proporção de pessoas com doença crónica ou problema de saúde prolongado era mais elevada, com proporções acima dos 40%.

Figura 1.7

Proporção da população que referiu ter doença crónica ou problema de saúde prolongado, UE-27, 2020



Fonte: Eurostat [hlth_silc_19]

Notas: (*) dados de 2019

Limitação na realização das atividades

Em 2021, mais de um terço da população com 16 ou mais anos (34,9%) indicava sentir-se limitado na realização de atividades consideradas habituais para a generalidade das pessoas devido a problemas de saúde – destes, 25,3% referiam sentir-se limitados, mas não severamente, enquanto 9,6% referiam limitação severa.

Eram as mulheres que mais frequentemente referiam algum de limitação na realização de atividades (em 2021, 39,0% em relação a 30,2% no caso dos homens) e a população idosa (60,8%, em relação a 25,6% para a população com menos de 65 anos). A diferença etária era mais evidente quando se consideram apenas as limitações severas: 20,8% daqueles com 65 ou mais anos e 5,6% das pessoas com menos de 65 anos. Contudo, e por comparação a 2020, foi na população com menos de 65 anos que o indicador registou o maior aumento relativo.

Figura 1.8

Proporção da população com limitação na realização de atividades devido a problemas de saúde, por categorias sociodemográficas, Portugal, 2020-2021

unidade: %

	2021		2020	
	Com limitação		Com limitação	
	Total	dos quais, severamente	Total	dos quais, severamente
<i>Sexo e Grupo etário</i>				
Total	34,9	9,6	32,1	8,5
16-64 anos	25,6	5,6	22,1	4,8
65+ anos	60,8	20,8	60,8	19,2
Homens	30,2	8,1	26,9	7,0
16-64 anos	22,9	5,4	19,1	4,5
65+ anos	53,6	16,7	52,6	15,3
Mulheres	39,0	10,9	36,6	9,8
16-64 anos	28,1	5,7	24,9	5,1
65+ anos	66,0	23,7	66,7	22,0
<i>Nível de escolaridade</i>				
Nenhum	73,8	36,7	76,2	34,4
Ensino básico	45,0	12,4	41,1	10,8
Ensino secundário	22,1	4,8	17,1	3,4
Ensino superior	20,1	3,7	17,1	2,9
<i>Condição perante o trabalho</i>				
Empregados	22,4	3,7	18,5	3,2
Desempregados	33,8	8,2	29,6	6,6
Reformados	59,4	19,5	59,1	17,9
Outros inativos	36,6	13,7	33,3	11,7

Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Nota: População com 16 ou mais anos

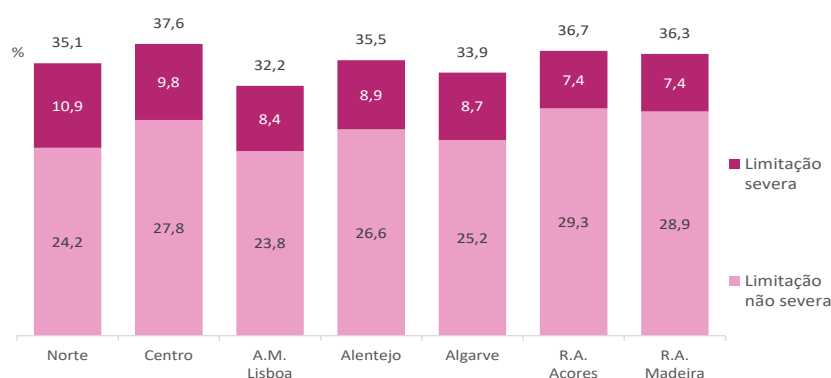
Tal como no caso dos dois indicadores anteriores (autoapreciação do estado de saúde e morbilidade crónica), a proporção de pessoas que referiam ter limitações era consideravelmente menor para a população que completou o ensino secundário ou o ensino superior (22,1% e 20,1%, respetivamente), e para a população empregada (22,4%).

Em 2021, a existência de limitação na realização de atividades devido a problemas de saúde registava um acréscimo em relação aos anos anteriores, quer no grau de limitação menos severo, quer no mais severo, registando em ambos os casos as proporções mais elevadas desde 2016.

Era na região Centro (37,6%) que se encontrava a maior proporção da população com alguma limitação na realização de atividades devido a um problema de saúde em 2021, enquanto a população residente na região Norte era a que indicava com maior frequência a situação de limitação com um grau mais severo, afetando quase 11% da população.

Figura 1.9

Proporção da população com 16 ou mais anos com limitação na realização de atividades devido a um problema de saúde por grau de severidade, NUTS II, 2021



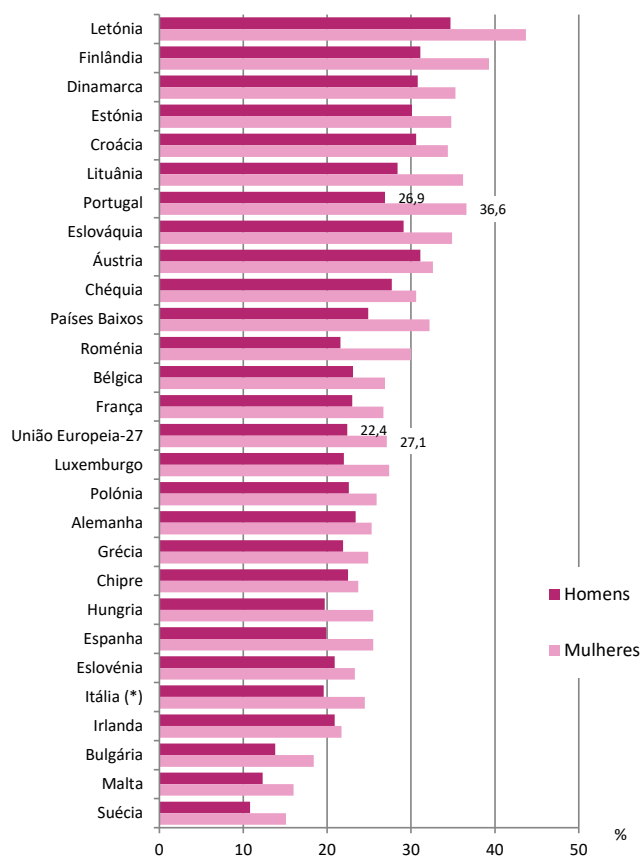
Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Nota: População com 16 ou mais anos

Os resultados obtidos ao nível da UE-27, para 2020, indicam que Portugal situava-se em sétimo lugar considerando as mais elevadas proporções de pessoas com limitação na realização de atividades habituais e gerais devido a um problema de saúde. O posicionamento relativo de Portugal era pior no caso das mulheres (36,6%, que compara com 27,1% para a média da UE-27) com a 3.ª posição relativa; enquanto o dos homens correspondia ao 10.º lugar (26,9%, que compara com 22,4% para a média da UE-27).

Figura 1.10

Proporção da população com limitação na realização de atividades devido a problemas de saúde por sexo, UE-27, 2020



Fonte: Eurostat [hlth_silc_20]

Notas: (*) dados de 2019; os valores estão ordenados pelo total de ambos os sexos

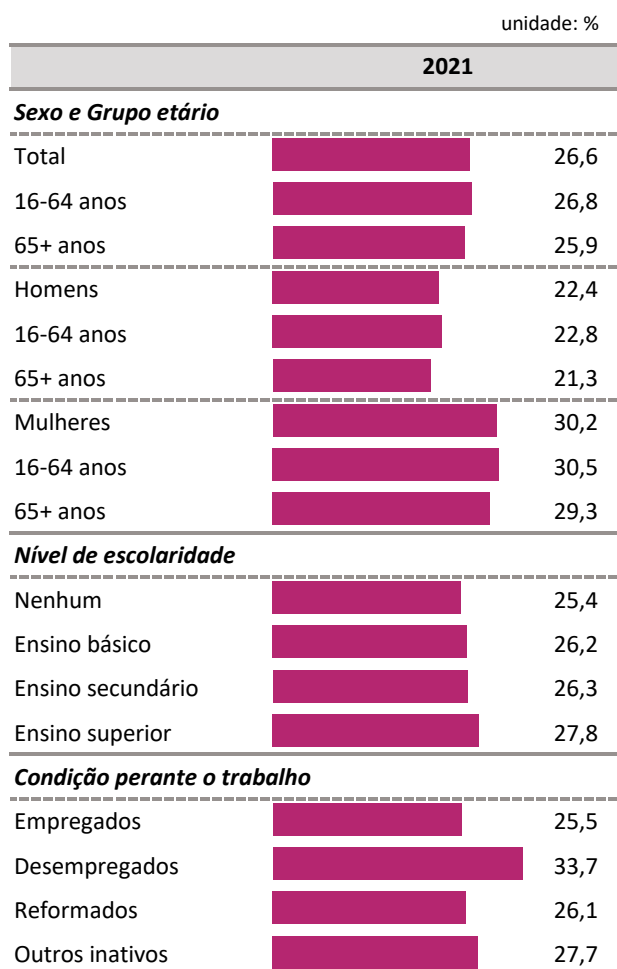
Impacto negativo sobre a saúde mental devido à pandemia COVID-19

Ainda de acordo com os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) de 2021, 26,6% da população com 16 ou mais anos reportou ter sentido um efeito negativo da pandemia COVID-19 sobre a saúde mental. Esta situação foi referida por mais mulheres (30,2%) do que homens (22,4%), e em proporções bastante semelhantes na população com menos de 65 anos (26,8%) e na população idosa (25,9%).

Por nível de escolaridade, embora sem diferenças muito significativas, a população com ensino superior completo registava uma proporção de 27,8%, mais 1,2 p.p. que a média nacional. Por condição perante o trabalho, era na população em situação de desemprego que este indicador atingia o valor mais elevado (33,7%), 7,1 p.p. acima da média.

Figura 1.11

Proporção da população com 16 ou mais anos com saúde mental afetada negativamente devido à crise pandémica Covid-19, Portugal, 2021



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Nota: População com 16 ou mais anos

HOSPITAIS

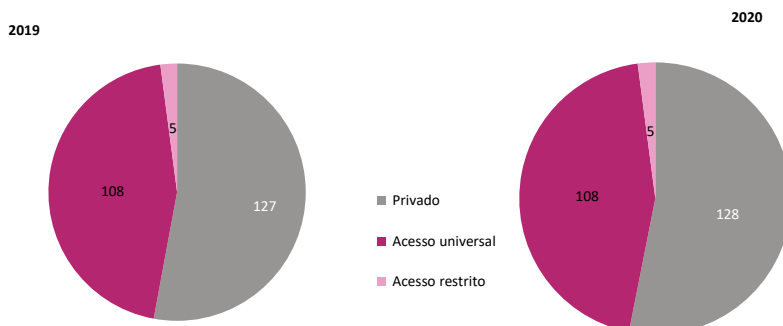
Hospitais

Em 2020, existiam em Portugal 241 hospitais, o que representa um acréscimo de 1 hospital em relação ao ano anterior e de 12 em relação a 2010. Os hospitais existentes em 2020 repartiam-se em 128 hospitais privados (mais 26 do que em 2010), 110 hospitais públicos e 3 hospitais em parceria público-privada. Os hospitais públicos englobavam 105 hospitais de acesso universal e 5 hospitais militares ou prisionais.

Em 2020, os hospitais privados e os hospitais públicos representavam, respetivamente, 53,1% e 45,6% do total de hospitais, enquanto a proporção de hospitais em parceria público-privada era de 1,2%.

Figura 2.1

Distribuição do número de hospitais segundo o tipo de acesso, Portugal, 2019 e 2020



Fonte: INE, Inquérito aos Hospitais.

Tendo em conta que todos os hospitais em parceria público-privada eram também de acesso universal, resulta que o número de hospitais de acesso universal por 100 mil habitantes era de 1,1 em 2020, tal como no ano anterior.

A predominância dos hospitais privados em 2020 era abrangente a todo o território: no Continente, 116 hospitais privados e 107 hospitais de acesso universal (104 públicos e 3 em parceria público-privada); na Região Autónoma dos Açores, existiam 5 hospitais privados e 3 públicos; e na Região Autónoma da Madeira, 7 hospitais privados e 3 públicos.

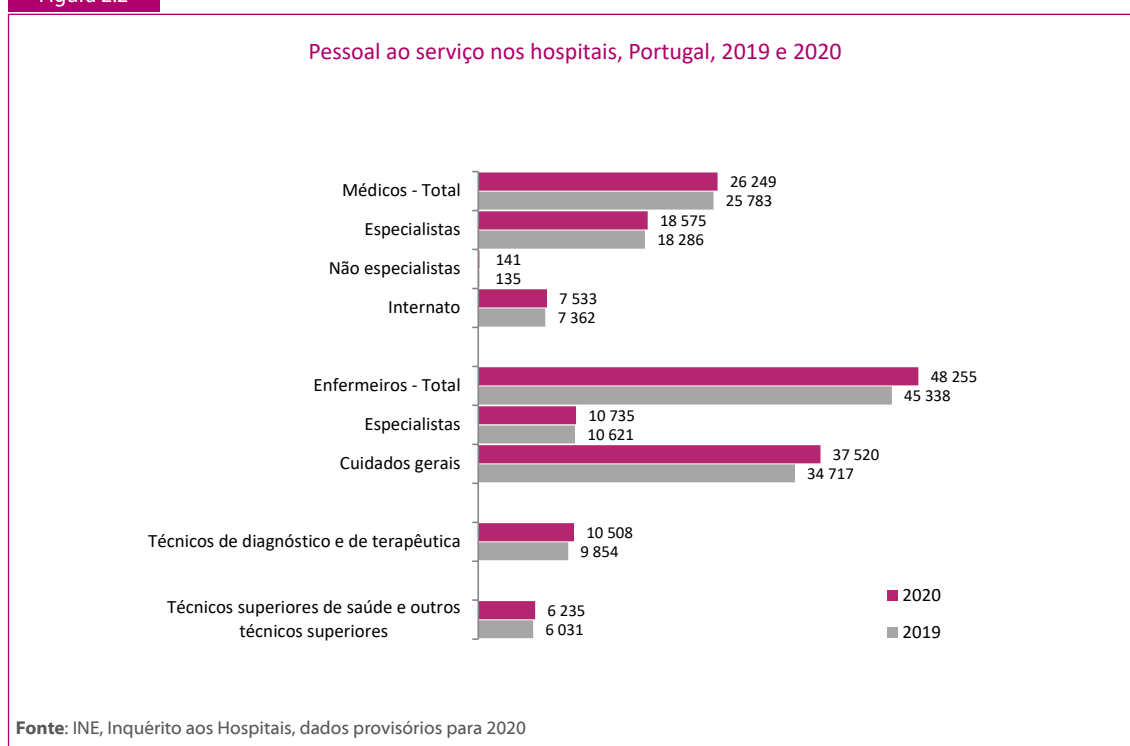
Os hospitais existentes em 2020 repartiam-se também em 179 hospitais gerais (ou seja, hospitais que integravam mais de uma valência) e 62 hospitais especializados. Entre os hospitais especializados (apenas uma valência) predominava a área da Psiquiatria (23 hospitais). Em relação a 2010, aumentou o número de hospitais gerais (mais 11 hospitais) e o número de hospitais especializados (mais 1 hospital).

A existência de hospitais gerais em 2020 era mais frequente nas regiões do Algarve (81,8%), do Norte (80,2%) e do Centro (78,3%), e menos frequente na Região Autónoma dos Açores (com 50,0%) e na Região Autónoma da Madeira (com 60,0%).

Pessoal ao serviço

No final de 2020, o pessoal ao serviço nos hospitais era composto por 26 249 médicos (mais 466 do que no ano anterior), 48 255 enfermeiros (com um acréscimo de 2 917 enfermeiros em relação a 2019), 10 508 técnicos de diagnóstico e terapêutica (mais 654) e 6 235 técnicos superiores de saúde e outros técnicos superiores (mais 204).

Figura 2.2



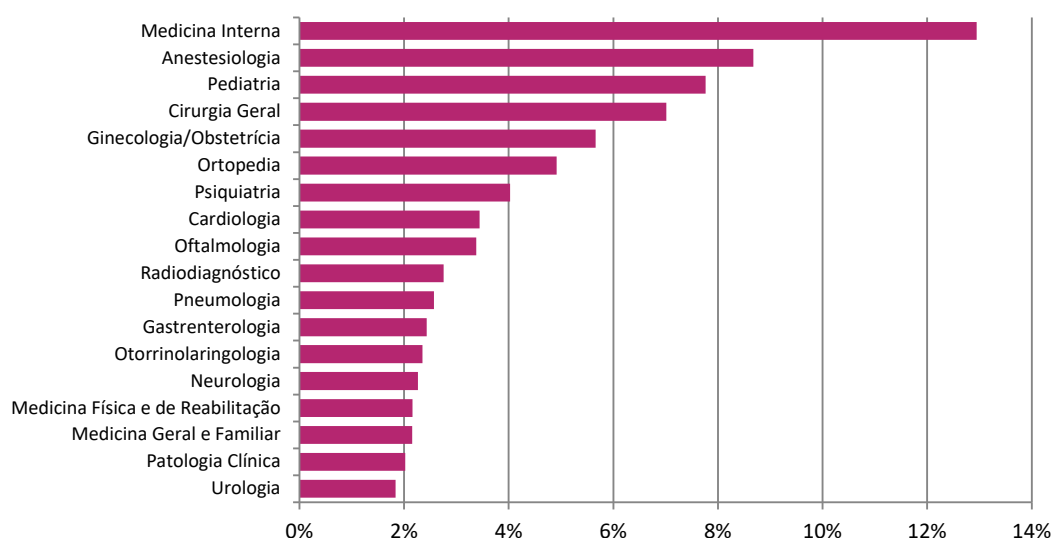
Em relação a 2010, registou-se um aumento de 15,9% no número de médicos ao serviço nos hospitais, de 27,2% no número de enfermeiros e de 23,7% técnicos de diagnóstico e terapêutica.

Em 2020, 70,8% dos médicos ao serviço nos hospitais eram médicos especialistas (18 575), 28,7% eram médicos em internato (7 533) e 0,5% eram médicos não especialistas (141).

O número de médicos especialistas ao serviço nos hospitais aumentou 1,6% em relação a 2019 (mais 289 médicos especialistas). Entre os mais de 18 mil médicos especialistas em exercício nos hospitais em 2020, as especialidades com maior número de profissionais eram a Medicina Interna (12,9%), a Anestesiologia (8,7%), a Pediatria (7,8%), a Cirurgia Geral (7,0%) e a Ginecologia-Obstetrícia (5,7%).

Figura 2.3

Proporção de médicos ao serviço nos hospitais por especialidade (mais frequentes), Portugal, 2020



Fonte: INE, Inquérito aos Hospitais, dados provisórios.

No mesmo ano, 77,8% dos enfermeiros ao serviço nos hospitais eram enfermeiros de cuidados gerais e 22,2% enfermeiros especialistas, com predomínio nas especialidades de Enfermagem Médico-Cirúrgica (27,9%), Reabilitação (21,8%) e Saúde Materna e Obstetrícia (15,4%).

O número de enfermeiros ao serviço nos hospitais aumentou 6,4% entre 2019 e 2020 (mais 2 917 enfermeiros), destacando-se o aumento do número de enfermeiros de cuidados gerais (mais 2 803 profissionais). Do conjunto de enfermeiros ao serviço nos hospitais, 85,6% exerciam atividade em hospitais públicos.

Relativamente aos técnicos de diagnóstico e de terapêutica, os hospitais portugueses contavam com 10 508 profissionais no ano 2020, 80,2% dos quais prestavam serviço em estabelecimentos públicos.

O número de técnicos superiores e outros técnicos superiores ao serviço nos hospitais era de 6 235 em 2020, com 72,9% a exercer a sua atividade em hospitais públicos.

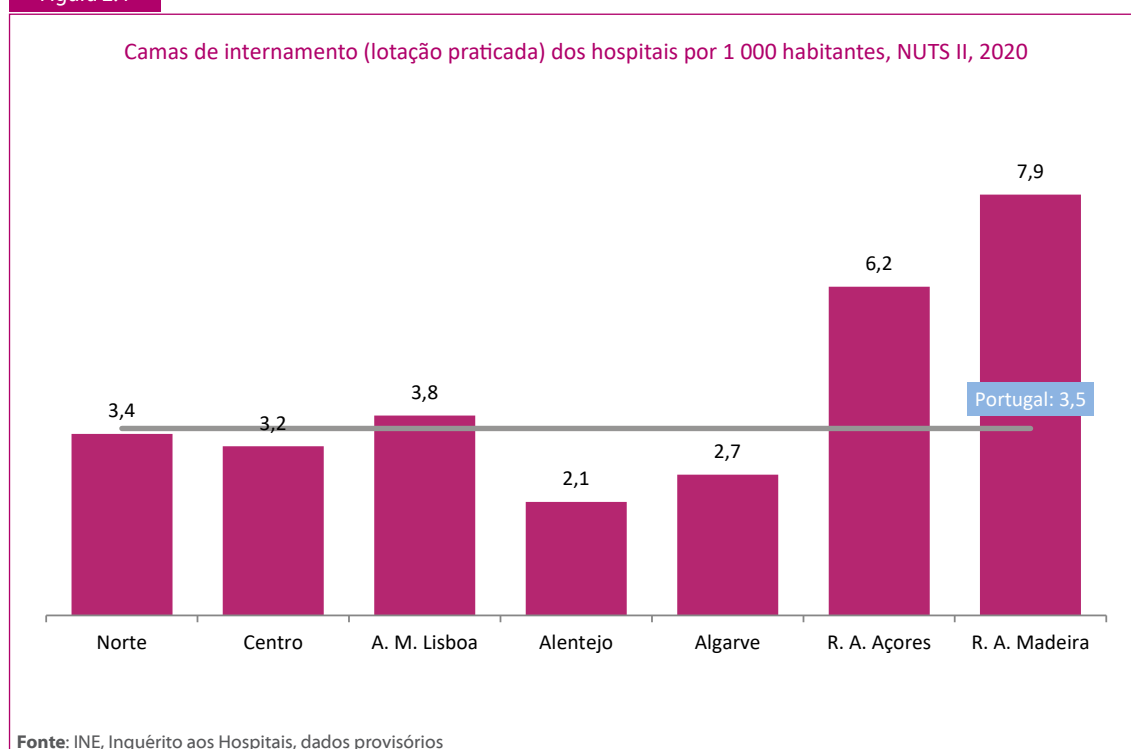
Camas

Em 2020, a lotação praticada pelos hospitais era de 36,3 mil camas (23,4 mil nos hospitais públicos, 11,9 mil nos hospitais privados e 1,0 mil nos hospitais em parceria público-privada), com um aumento de 676 camas em relação a 2010. No mesmo período, o aumento do número de camas nos hospitais privados *de per se* foi de 2,3 mil.

Do total de camas de internamento nos hospitais públicos em 2020, 86,3% eram camas de enfermaria, isto é, pertenciam a estruturas funcionais com um mínimo de três camas onde permanecem doentes internados. No caso dos hospitais privados, a percentagem de camas de internamento em enfermarias representava menos de metade do total de camas e os quartos privados representavam 20,6%.

A análise da distribuição do número de camas de internamento por mil habitantes indica valores mais elevados na Região Autónoma dos Açores (6,2 camas por mil habitantes) e na Região Autónoma da Madeira (7,9). Na região do Alentejo, o mesmo indicador era de apenas 2,1 camas por mil habitantes.

Figura 2.4



Equipamentos

Em 2020, os equipamentos de diagnóstico e/ou terapêutica existentes em mais hospitais foram os destinados à realização de radiologias simples (disponíveis em 61,0% dos hospitais), de ecografias (59,3%) e de endoscopias (52,3%).

Urgências

Foram realizados 5,7 milhões de atendimentos nos serviços de urgência dos hospitais em 2020, o que representa um decréscimo de 2,4 milhões de atendimentos em relação a 2019 (menos 29,6%) e uma diminuição de 1,8 milhões de atendimentos em relação a 2010 (menos 23,9%).

Em 2020, 77,4% dos atendimentos foram realizados em hospitais públicos e predominaram as urgências de tipo geral (78,0%), seguidas pelas urgências pediátricas (15,6%).

Consultas médicas

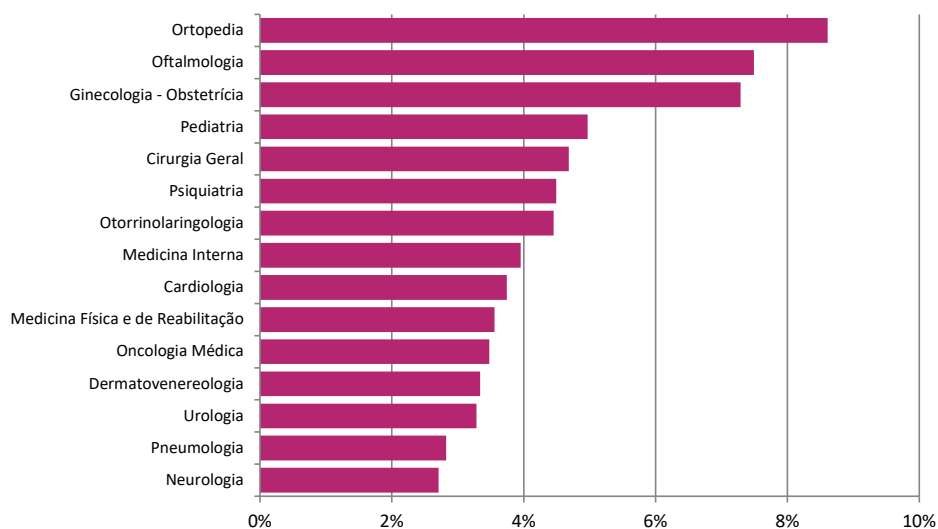
Em 2020, realizaram-se 18,4 milhões de consultas médicas nas unidades de consultas externas dos hospitais, um decréscimo de 2,7 milhões de consultas em relação a 2019 (menos 12,7%) e um aumento de 2,7 milhões de consultas em relação a 2010 (mais 16,9%).

Nos hospitais públicos realizaram-se 62,2% do total de consultas médicas externas em contexto hospitalar em 2020, com predomínio das consultas de especialidades médicas (59,2% *vis-à-vis* 40,8% de especialidades cirúrgicas).

As especialidades com maior número de consultas nos hospitais em geral foram as de Ortopedia (8,6%), Oftalmologia (7,5%), Ginecologia-Obstetrícia (7,3%), Pediatria (5,0%), Cirurgia Geral (4,7%), Psiquiatria (4,5%) e Otorrinolaringologia (4,5%).

Figura 2.5

Proporção das consultas médicas na unidade de consultas externas dos hospitais por especialidade (mais frequentes), Portugal, 2020



Fonte: INE, Inquérito aos Hospitais, dados provisórios

Atos complementares de diagnóstico e/ou terapêutica

No ano em análise, foram realizados 162,6 milhões de atos complementares de diagnóstico e/ou terapêutica nos hospitais portugueses, com um decréscimo de 19,6 milhões de atos (menos 10,8%) em relação a 2019. Os hospitais públicos continuaram a assegurar a percentagem mais elevada destes exames ou cuidados curativos (84,2% do total).

As análises clínicas com 110,6 milhões foram destacadamente o principal ato complementar, representando 68,0% de todos os atos complementares efetuados nos hospitais portugueses em 2020. Cerca de 87% das análises clínicas foram efetuadas em hospitais públicos.

Os atos complementares de Medicina Física e Reabilitação constituíram o segundo meio de diagnóstico e/ou terapêutica mais importante, totalizando 11,6 milhões de atos (7,1%). Destes, 57,8% foram efetuados em hospitais públicos, 40,3% em hospitais privados e 2,0% em hospitais em parceria público-privada.

Os exames de Radiologia – que incluem ecografias, ressonâncias magnéticas, RX convencionais e tomografias axiais computadorizadas (TAC) – constituíram também um meio complementar relevante. Globalmente, foram realizados 10,7 milhões de exames de Radiologia, o equivalente a 6,6% do total de atos complementares de diagnóstico e/ou terapêutica realizados em meio hospitalar. Cerca de 67% dos exames de Radiologia foram efetuados em hospitais públicos.

Cirurgias

No ano em análise foram realizadas 858,1 mil cirurgias (exceto pequenas cirurgias) e 149,4 mil pequenas cirurgias nos hospitais portugueses. Estes valores refletem um decréscimo de 176,0 mil cirurgias (exceto pequenas cirurgias) (menos 17,0%) e de 55,2 mil pequenas cirurgias (menos 27,0%) por comparação com o ano de 2019.

Nos dois grupos de cirurgias, 65,0% das cirurgias realizadas ocorreram em hospitais públicos.

De entre as cirurgias efetuadas (exceto pequenas cirurgias), as especialidades mais relevantes foram Oftalmologia (26,2%), Ortopedia (17,4%), Cirurgia Geral (17,0%) e Ginecologia-Obstetrícia (9,6%).

Partos

Efetuaram-se 83,9 mil partos nos hospitais portugueses em 2020, menos 2 496 partos em relação a 2019 (menos 2,9%), sendo que 75,1% foram realizados em hospitais públicos e, nestes, cerca de metade (50,2%) foram efetuados sem intervenção instrumental ou cirúrgica (partos eutócicos).

Os hospitais privados efetuaram 14,4 mil partos (17,1% do total de partos), sendo que 12 mil (83,6%) implicaram a realização de cesariana ou o recurso a instrumentos de apoio como fórceps e ventosas (partos distócicos).

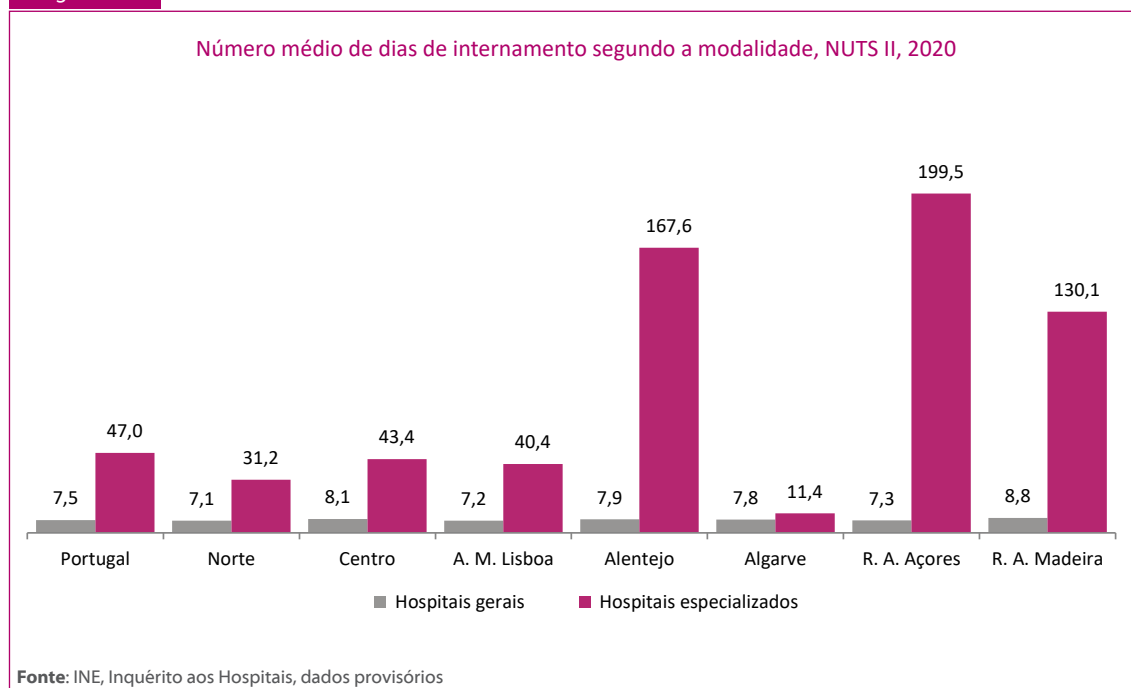
Internamentos

Em 2020, registaram-se 987,2 mil internamentos nos hospitais portugueses, o que representa menos 162,9 mil internamentos do que em 2019 (menos 14,2%) e menos 210,2 mil do que em 2010 (menos 17,6%). Os internamentos em 2020 corresponderam a 9,4 milhões de dias de internamento (menos 968,4 mil dias de internamento do que em 2019, i.e. menos 9,3%). Do total de internamentos, 70,5% ocorreram em hospitais públicos.

A duração média de internamento, ou seja, a proporção do total de dias de internamento no total de internamentos, era de 9,5 dias (8,7 dias em 2019), sendo mais elevada nos hospitais especializados (47,0 dias em média, contra 7,5 dias nos hospitais gerais).

Por região, a duração média dos internamentos nos hospitais gerais era bastante homogênea (entre 7 e 8 dias) do que nos hospitais especializados, em que registavam valores mais elevados na Região Autónoma dos Açores (199,5), na região do Alentejo (167,6) e na Região Autónoma da Madeira (130,1). Esta particularidade das regiões autónomas está relacionada com uma frequência mais elevada de hospitais especializados em Psiquiatria.

Figura 2.6



FARMÁCIAS E MEDICAMENTOS

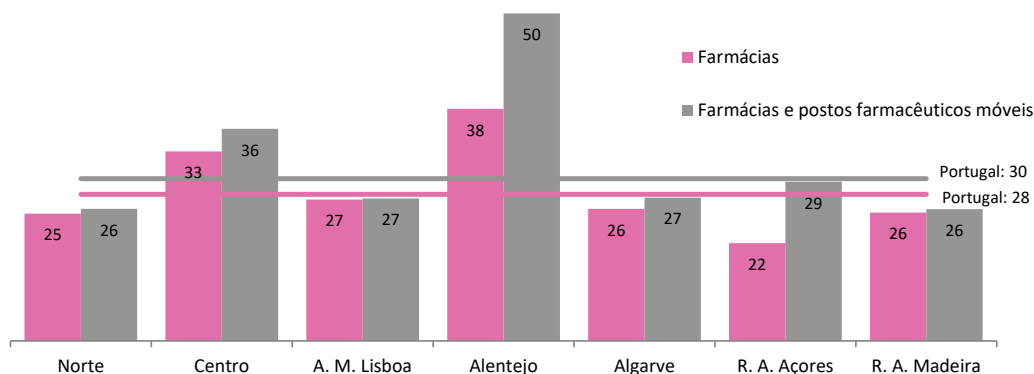
Farmácias/Postos farmacêuticos móveis

Em 2020 estavam em atividade em Portugal 2 922 farmácias e 191 postos farmacêuticos móveis, menos duas farmácias e menos quatro postos farmacêuticos móveis do que no ano anterior. Verificou-se um decréscimo de uma farmácia na região do Norte e na Área Metropolitana de Lisboa, bem como um decréscimo de dois postos farmacêuticos móveis nas regiões do Centro e do Alentejo.

A nível nacional, o número médio de farmácias por 100 mil habitantes em 2020 manteve-se idêntico ao registado no ano anterior (28). Por região, eram as populações residentes no Alentejo e no Centro que dispunham de um maior número de farmácias, respetivamente 38 e 33 farmácias por 100 mil habitantes. Na Região Autónoma dos Açores existiam apenas 22 farmácias por 100 mil habitantes.

Figura 3.1

Distribuição do número de farmácias e postos farmacêuticos móveis por 100 mil habitantes, NUTS II, 2020



Fonte: INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) e Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM).

Quanto aos postos farmacêuticos móveis, em 2020 existiam em atividade dois postos por 100 mil habitantes em Portugal. Regionalmente, verifica-se que o seu impacto era particularmente significativo para as populações residentes no Alentejo (12 postos farmacêuticos móveis por 100 mil habitantes) e na Região Autónoma dos Açores (7 postos por 100 mil habitantes).

Considerando simultaneamente as farmácias e os postos farmacêuticos móveis em funcionamento no país, em 2020 existiam 30 estabelecimentos farmacêuticos por 100 mil habitantes.

Medicamentos

Em 2020, existiam no mercado farmacêutico português 8 889 medicamentos (marcas), a que correspondiam 50 498 apresentações², ou seja, menos 232 medicamentos (marcas) e menos 3 202 apresentações do que em 2019.

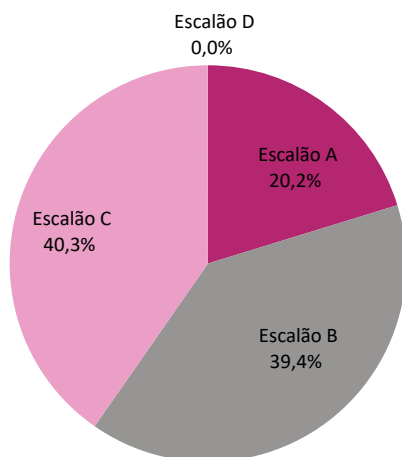
No ano em análise, 42,7% dos medicamentos (marcas) e 19,7% das apresentações existentes foram comparticipados (42,4% e 19,3%, respetivamente, no ano anterior).

Em termos de grupos farmacoterapêuticos, mais de metade das apresentações comparticipadas em 2020 respeitavam ao aparelho cardiovascular (31,7%) e ao sistema nervoso central (29,2%).

A repartição das apresentações por escalões de comparticipação, em 2020, evidencia que a maioria era classificada nos escalões de comparticipação C³, com 4 018 apresentações, e B⁴, com 3 931 apresentações. Nos escalões de comparticipação A⁵ e C⁴ predominavam as apresentações relativas a medicamentos para o sistema nervoso central, enquanto no escalão B³ sobressaíam as relativas a medicamentos para o aparelho cardiovascular. No escalão D⁶ registava-se apenas uma apresentação, respeitante a medicamento para o aparelho locomotor.

Figura 3.2

Repartição das formas de apresentação por escalões de comparticipação, Portugal, 2020



Fonte: INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.

Mais de metade das apresentações comparticipadas dos grupos farmacoterapêuticos respeitantes a medicamentos para o sistema nervoso central e a hormonas e medicamentos usados no tratamento das doenças endócrinas eram comparticipadas pelo Estado em 90% (escalão A).

² Conteúdos das embalagens dos medicamentos com uma determinada dosagem e número de unidades ou volume das formas farmacêuticas.

³ Em que a comparticipação do Estado é de 69% do preço de venda ao público dos medicamentos.

⁴ Comparticipação do Estado é de 37% do preço de venda ao público dos medicamentos.

⁵ Comparticipação do Estado é de 90% do preço de venda ao público dos medicamentos.

⁶ Comparticipação do Estado é de 15% do preço de venda ao público dos medicamentos.

PESSOAL DE SAÚDE INSCRITO

Médicos

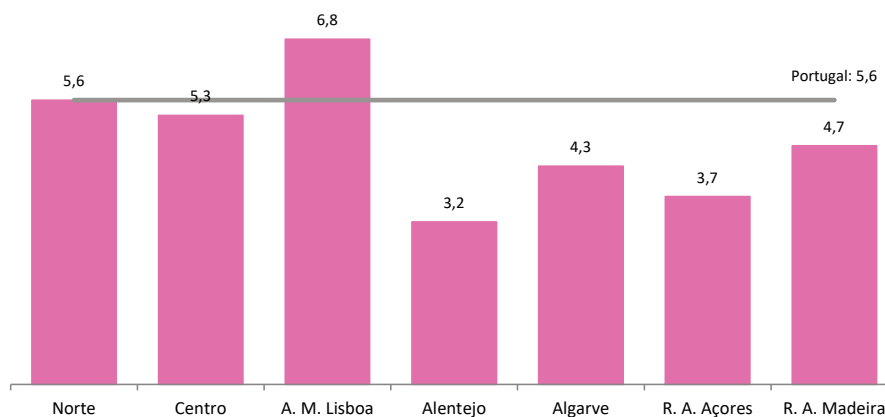
Em 2020, estavam inscritos na Ordem dos Médicos 57 198 médicos, ou seja, mais 1 766 profissionais do que em 2019. O número de médicos por mil habitantes era de 5,6, superior ao registado no ano anterior (5,4).

Mais de metade dos médicos em 2020 (56,3%) eram mulheres, e 53,0% tinham idades dos 31 aos 60 anos. O número de médicos com idades até aos 30 anos (10 317) era superior ao daqueles com 61 a 65 anos (6 495), pese embora ser este último grupo etário o que mais tem aumentado nos últimos anos.

De acordo com a repartição por local de residência, 33,8% encontravam-se na Área Metropolitana de Lisboa e 34,7% na região Norte. O indicador relativo ao número de médicos por mil habitantes era mais elevado na Área Metropolitana de Lisboa (6,8 médicos por mil habitantes) e mais baixo na região do Alentejo e na Região Autónoma dos Açores (respetivamente, com 3,2 e 3,7).

Figura 4.1

Número de médicos inscritos na Ordem dos Médicos por 1 000 habitantes, NUTS II, 2020



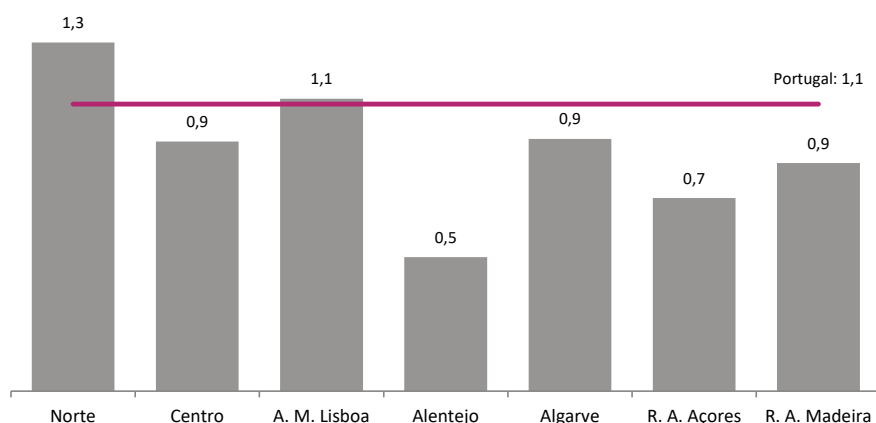
Fonte: Ordem dos Médicos

Do total de 57 198 médicos em 2020, 34 836 eram especialistas (60,9%) e detinham 36 342 especialidades, 2 001 subespecialidades e/ou 3 142 competências – em média, 1,4 especialidades, subespecialidades ou competências por médico especialista. Cerca de metade das especialidades, subespecialidades e competências referiam-se a Medicina Geral e Familiar (18,6%), Medicina Interna (7,1%), Pediatria (5,3%), Anestesiologia (5,0%), Ginecologia/Obstetrícia (4,4%), Cirurgia Geral (4,4%), Ortopedia (3,1%) e Psiquiatria (3,0%).

No mesmo ano estavam inscritos 10 980 médicos dentistas na Ordem dos Médicos Dentistas, ou seja, mais 440 do que em 2019, sendo que 37,5% eram homens e 62,5% eram mulheres. Em média, existia 1,07 médicos dentistas por cada mil habitantes em 2020. A nível regional, os valores mais elevados situaram-se em 1,3 na região Norte e 1,1 na Área Metropolitana de Lisboa. Na região do Alentejo e na Região Autónoma dos Açores, o número de médicos dentistas inscritos por cada mil habitantes era de apenas 0,5 e 0,7, respetivamente.

Figura 4.2

Número de médicos dentistas inscritos na Ordem dos Médicos Dentistas, por 1 000 habitantes, NUTS II, 2020



Fonte: Ordem dos Médicos Dentistas

Enfermeiros

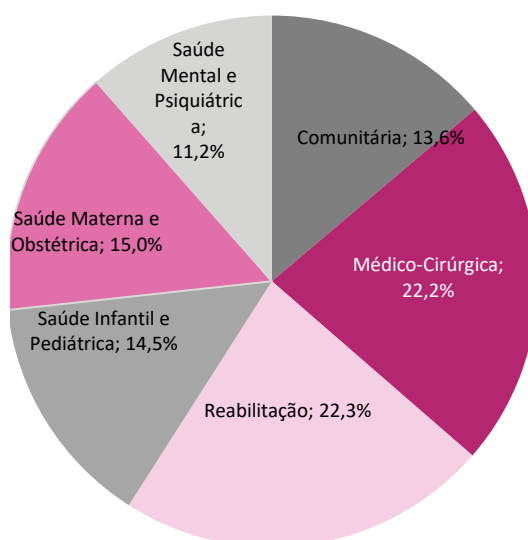
Em 2020, de acordo com a Ordem dos Enfermeiros, existiam 77 984 enfermeiros em atividade em Portugal, mais 2 211 do que em 2019. O número de enfermeiros por mil habitantes em 2020 era de 7,6, superior ao registado no ano anterior (7,4).

Mais de 80% dos enfermeiros eram mulheres (82,3%) e 71,7% tinham entre 31 e 60 anos de idade em 2020.

Do total de enfermeiros em atividade em 2020, em Portugal, 57 613 eram generalistas (73,9%) e 20 371 eram especialistas (26,12%), com alguma predominância de especialistas em enfermagem de reabilitação (22,3%) e enfermagem médico-cirúrgica (22,2%).

Figura 4.3

Distribuição das especialidades detidas pelos enfermeiros especialistas, Portugal, 2020



Fonte: Ordem dos Enfermeiros

De acordo com a repartição por local de atividade, 34,9% dos enfermeiros encontravam-se na região Norte, 27,6% na Área Metropolitana de Lisboa e 22,0% na região Centro. O indicador relativo ao número de enfermeiros por mil habitantes era mais elevado nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores (9,4 e 9,3 enfermeiros por mil habitantes, respetivamente) e menor para os residentes na região do Algarve (6,4).

Farmacêuticos

Em 2020, existiam 15 565 farmacêuticos em Portugal, de acordo com a Ordem dos Farmacêuticos, mais 1 711 profissionais do que no ano anterior. O número de farmacêuticos por mil habitantes era de 1,5, superior ao registado no ano anterior (1,3). A maioria eram farmacêuticos de oficina (63,1% em 2020).

Por outro lado, os farmacêuticos repartiam-se em 3 186 homens (20,5%) e 12 379 mulheres (79,5%). As regiões com mais farmacêuticos de oficina (9 815) eram as Áreas Metropolitanas de Lisboa (3 035) e do Porto (1 774).

Capítulo

5

PARTOS

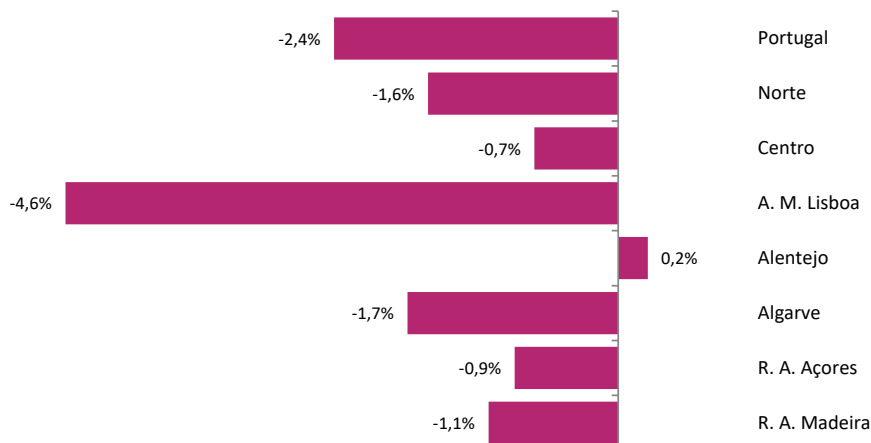
Em 2020 ocorreram 83 784 partos em Portugal, menos 2 179 do que em 2019, o que representa um decréscimo de 2,5% (-2,4% para residentes em Portugal). Dos partos ocorridos em 2020, verifica-se que 99,7% (83 520) foram de mulheres residentes no país e 0,3% (264) de mulheres residentes no estrangeiro.

O maior número de partos foi de mães residentes na Área Metropolitana de Lisboa (33,3%) e na região Norte (31,7%), e o número mais baixo de partos foi registado na Região Autónoma da Madeira (2,2%).

O número de partos diminuiu em relação ao ano anterior em todas as regiões NUTS II, com exceção do Alentejo (0,2%). A diminuição do número de partos foi mais expressiva na Área Metropolitana de Lisboa, com um decréscimo de 4,6%, mas também relevante no Algarve, com -1,7%, e no Centro, com menos 1,6%. Os partos de mães residentes no estrangeiro também diminuíram 38,5%, passando de 429 em 2019 para 264 em 2020.

Figura 5.1

Taxa de variação do número de partos segundo a região de residência da mãe, Portugal e NUTS II, 2019-2020



Fonte: INE, Partos

Os partos de natureza simples⁷ realizados em 2020 corresponderam a 98,6% do total, resultando na sua quase totalidade (99,7%) no nascimento de nados-vivos (82 606 partos com nados-vivos e 259 partos com fetos mortos).

⁷ Partos com um só nascimento.

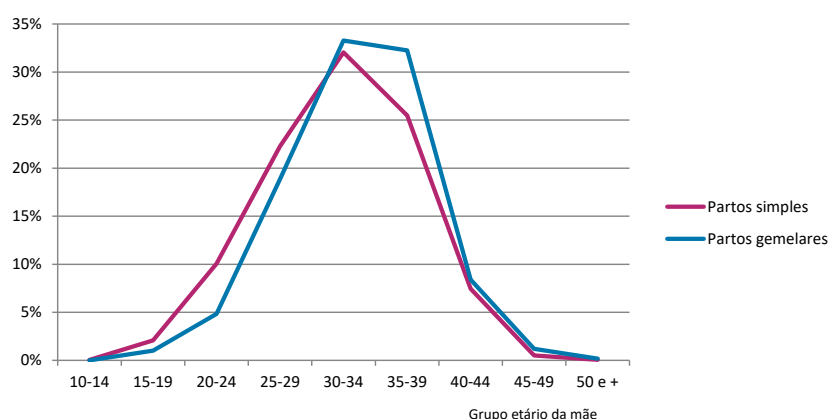
No mesmo período, ocorreram 1 178 partos gemelares (1,4% do total de partos), dos quais 1 163 com nascimentos duplos (1 142 apenas com nados-vivos, 16 mistos⁸ e 5 com ambos os fetos mortos) e 15 partos de nascimentos triplos, 14 com todos nados-vivos e 1 com fetos mortos. A maior proporção de partos gemelares foi registada na região na Região Autónoma dos Açores (1,5%), enquanto as restantes regiões registaram 1,6% em cada uma, com exceção do Alentejo (1,3%) e da Região Autónoma da Madeira (1,2%).

A análise da distribuição do número de partos por idade das mães evidencia que 79,9% foram de mulheres com idades dos 25 aos 39 anos (66 919 partos): 32,1% referiam-se a mulheres dos 30 aos 34 anos, 25,6% dos 35 aos 39 anos e 22,2% dos 25 aos 29 anos. Registe-se ainda que ocorreram 36 partos de jovens com menos de 15 anos e 378 partos (0,6%) de parturientes com 45 ou mais anos.

Pode observar-se ainda que a proporção dos partos, distinguindo os simples e os gemelares, aumentava com a idade das mães até aos 34 anos, ainda que a proporção de partos no grupo etário seguinte (35-39 anos) se mantivesse elevada (25,5% e 32,3%, respetivamente). O grupo etário dos 30 aos 34 anos foi aquele em que se observou a maior proporção de partos, quer simples (32,0%), quer gemelares (33,3%).

Figura 5.2

Distribuição percentual dos partos simples e gemelares segundo o grupo etário das mães, Portugal, 2020



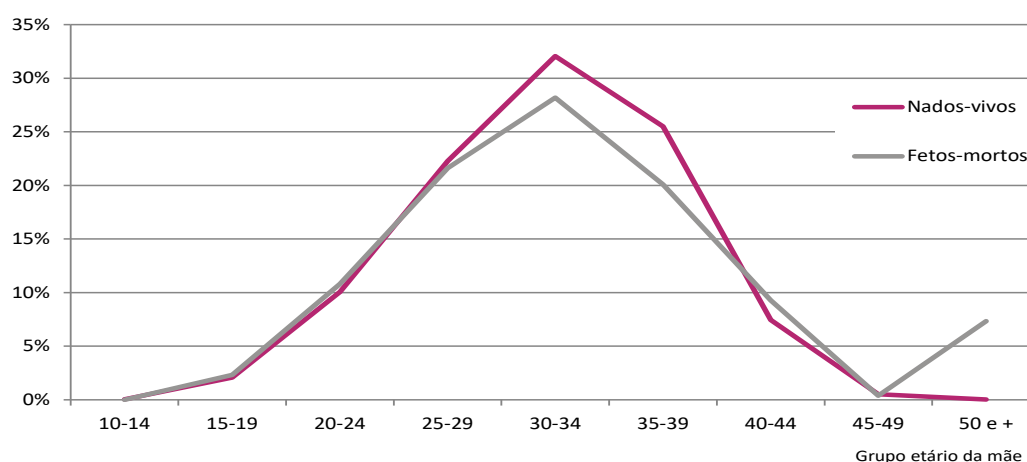
Fonte: INE, Partos

⁸ Partos de que resultaram nado(s)-vivo(s) e feto(s)-morto(s).

Considerando os partos simples com um feto-morto (259 em 2020), 17,0% foram de mães com 40 ou mais anos, em comparação com 8,0% dos partos de mulheres no mesmo grupo etário que resultaram em nados-vivos.

Figura 5.3

Distribuição percentual dos partos simples segundo a vitalidade, por grupo etário da mãe, Portugal, 2020

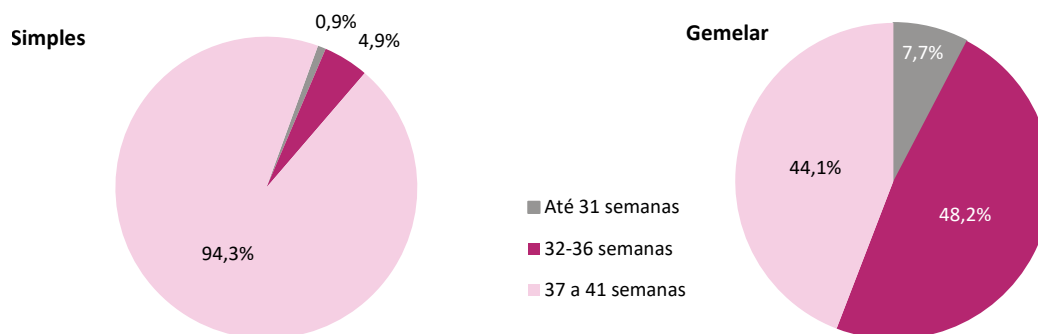


Fonte: INE, Partos

Em 2020, para 91,3% dos partos de natureza simples, as parturientes tiveram uma gravidez com duração compreendida entre as 37 e as 41 semanas. No caso dos partos de natureza gemelar, 47,5% tiveram uma gravidez compreendida entre as 32 e as 36 semanas, e 43,5% entre as 37 e as 41 semanas.

Figura 5.4

Distribuição percentual dos partos simples segundo a natureza e a duração da gravidez, Portugal, 2020



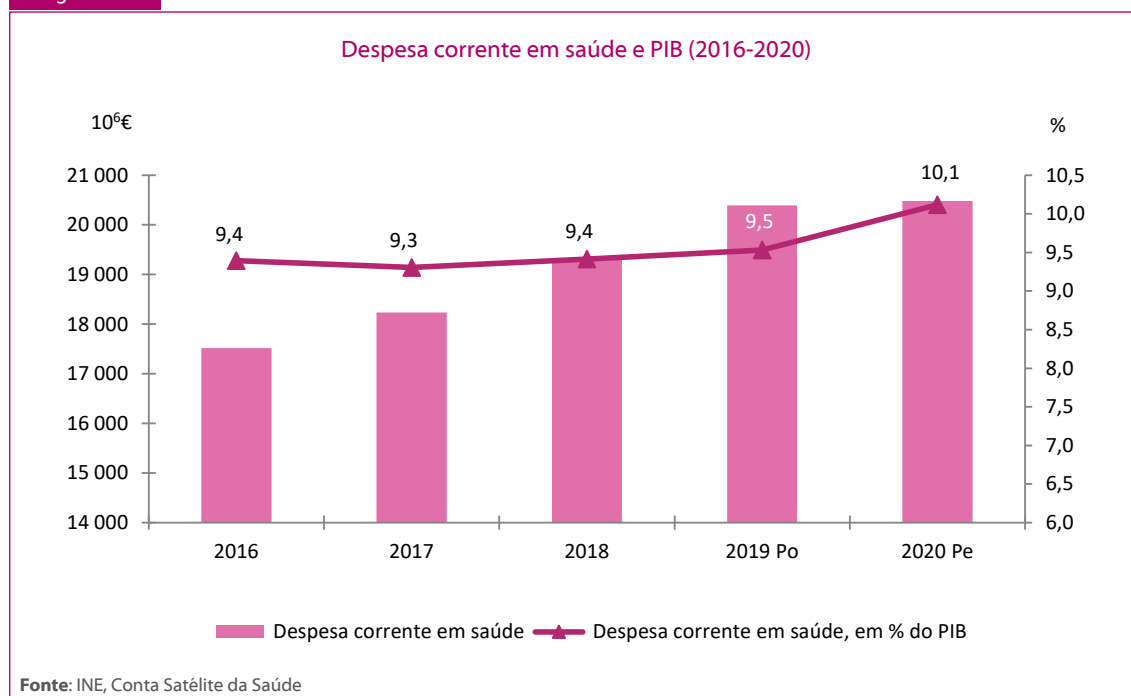
Fonte: INE, Partos

CONTA SATÉLITE DA SAÚDE

Despesa corrente em saúde e Produto Interno Bruto (PIB)

De acordo com os resultados da conta satélite da saúde, em 2018 a despesa corrente em saúde atingiu 19 313,3 milhões de euros, correspondendo a 9,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2019, a despesa corrente em saúde aumentou 5,6%, fixando-se em 20 392,5 milhões de euros (9,5% do PIB). Para 2020 estima-se uma despesa de 20 482,0 milhões de euros, representando 10,1% do PIB, o que traduz um crescimento de 0,4% face a 2019.

Figura 6.1

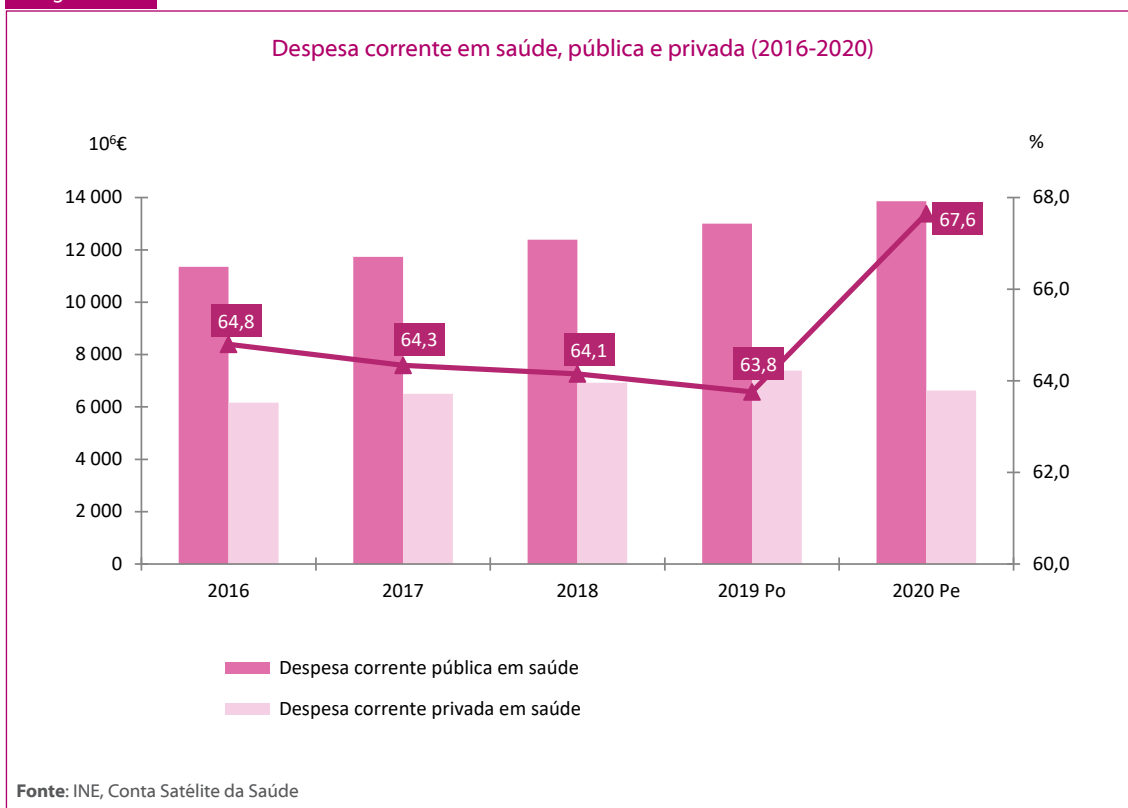


Despesa corrente pública e privada

A despesa corrente pública⁹ representou, em 2018, 64,1% da despesa corrente. Em 2019, a importância relativa da despesa corrente pública diminuiu, atingindo os 63,8%. Em 2020, o peso da despesa corrente pública aumentou 3,8 p.p..

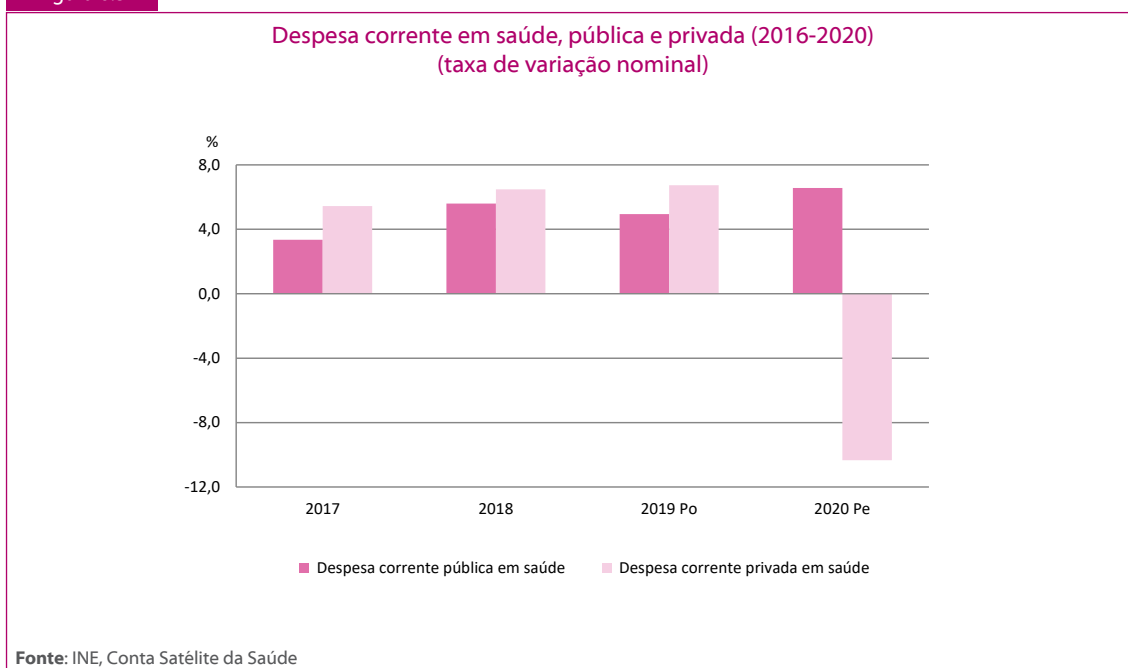
⁹ A despesa corrente pública corresponde à despesa suportada pelos agentes financiadores públicos que gerem e administram os regimes de financiamento das administrações públicas e os regimes de financiamento contributivos obrigatórios. Os agentes financiadores públicos integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e os Serviços Regionais de Saúde (SRS), os subsistemas de saúde públicos (obrigatórios e voluntários), as outras entidades da administração pública e os fundos de segurança social.

Figura 6.2



Em 2019, as despesas correntes pública e privada aumentaram 4,9% e 6,7%, respetivamente. Para 2020 estima-se um aumento de 6,6% na despesa corrente pública e uma diminuição de 10,3% na despesa corrente privada.

Figura 6.3

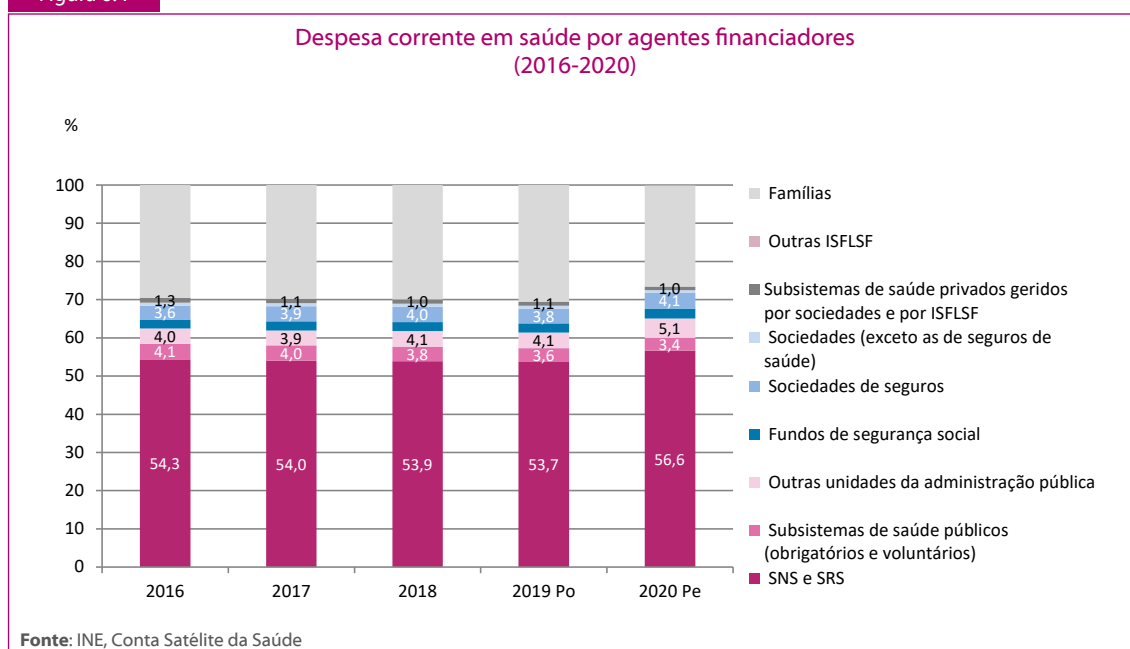


Despesa corrente por agentes financiadores

Entre 2018 e 2020, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e os Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas (SRS), em conjunto, foram os principais agentes financiadores da despesa corrente em saúde, suportando, em média, 54,7% do total. Nesses anos, em média, 28,9% da despesa corrente foi suportada diretamente pelas famílias.

Em termos estruturais, entre 2018 e 2020 destaca-se o aumento do peso relativo da despesa do SNS e dos SRS (56,6% da despesa corrente em 2020, mais 2,7 p.p. que em 2018) e a diminuição de 3,5 p.p. do peso relativo da despesa das famílias.

Figura 6.4



METAINFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

- Conceitos
- Classificações
- Nota metodológica
- Sinais convencionais, Unidades de medida e Siglas e abreviaturas

CONCEITOS

Código	Designação	Definição	Capítulo(s)
9756	alta	conclusão da permanência de um indivíduo num programa de saúde ou num estabelecimento de saúde na sequência do fim de um episódio clínico.	2
3457	anatomia patológica	especialidade em medicina que desenvolve o estudo científico das alterações funcionais e estruturais (macroscópicas, microscópicas, celulares e moleculares) das doenças com o objetivo de identificar as suas causas, para permitir a prática de uma medicina preditiva e preventiva adequadas, bem como a terapêutica eficaz e o prognóstico das doenças.	2, 4
9760	anos de vida saudável	número médio de anos que se espera que um indivíduo de determinada idade venha a viver sem limitações de longa duração para realizar atividades consideradas habituais para a generalidade das pessoas, no pressuposto que se mantém inalterado o padrão de mortalidade observado no período de referência.	1
4749	apresentação de um medicamento	conteúdo de uma embalagem de um medicamento, expresso em número de unidades ou volume de uma forma farmacêutica, em determinada dosagem.	3
3556	ato complementar de diagnóstico	exame ou teste que fornece resultados necessários para o estabelecimento de um diagnóstico.	2
3557	ato complementar de terapêutica	prestação de cuidados curativos, após diagnóstico e prescrição terapêutica.	2
9760	autoapreciação do estado de saúde	apreciação subjectiva que cada pessoa faz da sua saúde.	1
497	berçário	sala equipada com um conjunto de berços, para a permanência dos recém-nascidos sem patologia.	2
7857	cama	equipamento destinado à estadia de um indivíduo num estabelecimento prestador de cuidados de saúde.	2
7581	cesariana	parto distócico que consiste na extração de um feto através de incisões na parede abdominal (laparotomia) e da parede uterina (histerotomia).	2
3794	cirurgia	um ou mais atos cirúrgicos, com o mesmo objetivo terapêutico e/ou diagnóstico, realizado(s) por médico cirurgião em sala operatória na mesma sessão.	2
1456	condição perante o trabalho	situação do indivíduo perante a atividade económica no período de referência podendo ser considerado ativo ou inativo.	1
7153	condição perante o trabalho mais frequente	condição perante o trabalho declarada pelo indivíduo como aquela que tenha ocupado mais de metade do número de meses do ano a que respeita a informação.	1
8105	consulta	ato em saúde no qual um profissional de saúde avalia a situação clínica de uma pessoa e procede ao planeamento da prestação de cuidados de saúde.	2
3436	consulta de especialidade	consulta médica realizada no âmbito de uma especialidade ou subespecialidade de base hospitalar que deve decorrer de indicação clínica.	2
510	consulta médica	consulta realizada por um médico.	2
1459	desempregado	Indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: 1) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; 2) tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores); 3) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não. A procura ativa traduz as seguintes diligências: 1) contacto com centros de emprego público ou agências privadas de colocações; 2) contacto com empregadores; 3) contactos pessoais ou com associações sindicais; 4) colocação, resposta ou análise de anúncios; 5) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; 6) realização de provas ou entrevistas para seleção; 7) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. A disponibilidade para aceitar um trabalho é fundamentada com: 1) o desejo de trabalhar; 2) a vontade de ter um trabalho remunerado ou uma atividade por conta própria, no caso de se poder obter os recursos necessários; 3) a possibilidade de começar a trabalhar num período específico (período de referência ou as duas semanas seguintes).	1
7936	doença crónica	doença previsivelmente permanente que necessita de intervenção médica para o seu acompanhamento e controlo.	1
517	duração da gravidez	período de tempo, medido em semanas completas, que vai do primeiro dia do último período menstrual normal até à data do parto.	5

Código	Designação	Definição	Capítulo(s)
1469	empregado	indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: 1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; 2) tinha uma ligação formal a um emprego mas não estava temporariamente ao serviço; 3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; 4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.	1
3465	enfermaria	unidade funcional dos serviços de internamento de um estabelecimento de saúde onde permanecem os doentes e que tem pelo menos três camas.	2
3635	enfermeiro	profissional de saúde qualificado com licenciatura em Enfermagem e autorização da respetiva ordem profissional para o exercício da Enfermagem.	2, 4
8130	enfermeiro especialista	enfermeiro habilitado a exercer uma especialidade em enfermagem.	2, 4
3877	ensino básico	nível de ensino que visa assegurar aprendizagens num nível elementar ou intermédio de complexidade, permitindo o prosseguimento de estudos ou o ingresso no mercado de trabalho.	1
3880	ensino pós-secundário não superior	nível de ensino que visa aprendizagens de complexidade e especialização intermédias entre o ensino secundário e o ensino superior, orientadas para o ingresso no mercado de trabalho ou o prosseguimento de estudos.	1
3885	ensino secundário	nível de ensino que sucede ao ensino básico, caracteriza-se por maior diversidade e complexidade da oferta de educação e formação e visa o aprofundamento de aprendizagens para o prosseguimento de estudos ou o ingresso no mercado de trabalho.	1
3889	ensino superior	nível de ensino que sucede ao ensino secundário, caracteriza-se por elevada complexidade e visa aprendizagens especializadas orientadas para o ingresso no mercado de trabalho.	1
3438	especialidade em medicina	conjunto de conhecimentos e competências específicos, obtidos após a frequência com aproveitamento de formação pós-graduada e que confere especialização numa área particular da medicina.	2, 4
5494	estado de saúde	perfil de saúde de um indivíduo ou população que é objetivável através de um conjunto organizado de indicadores.	1
8134	estomatologia	especialidade em medicina que estuda, diagnostica e trata doenças da boca e do sistema dentário.	2, 4
520	farmácia	estabelecimento devidamente autorizado a dispensar ao público medicamentos que estejam ou não sujeitos a receita médica.	3
179	feto-morto	produto da fecundação, cuja morte ocorreu antes da expulsão ou da extração completa do corpo materno, independentemente da duração da gravidez; indica o óbito o facto de o feto, depois da separação não respirar nem apresentar nenhum outro sinal de vida, como batimentos do coração, pulsações do cordão umbilical ou contrações efetivas de qualquer músculo sujeito a ação voluntária.	5
5545	grupo etário	intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra, de acordo com o momento de referência	1
522	hospital	estabelecimento de saúde que presta cuidados de saúde curativos e de reabilitação em internamento e ambulatório, podendo colaborar na prevenção da doença, no ensino e na investigação científica.	2
524	hospital de dia	unidade orgânico-funcional de um estabelecimento de saúde, com espaço físico próprio e meios técnicos e humanos qualificados, onde o doente recebe cuidados de saúde de diagnóstico ou terapêutica, de forma programada, e permanece sob vigilância médica ou de enfermagem, por um período inferior a 24 horas.	2
10063	hospital em parceria público-privada	hospital cujo principal financiador ou tutor administrativo é o Estado e cuja gestão é controlada e efetuada por uma entidade privada por via de um contrato estabelecido com o Estado, podendo ser de acesso universal ou de acesso restrito.	2
526	hospital especializado	hospital em que predomina um número de camas adstritas a determinada valência ou que presta assistência apenas ou especialmente a utentes de um determinado grupo etário.	2

Código	Designação	Definição	Capítulo(s)
527	hospital geral	hospital que integra diversas valências.	2
529	hospital privado	hospital cujo proprietário e principal financiador é uma entidade privada, com ou sem fins lucrativos, podendo ser de acesso universal ou de acesso restrito.	2
9832	hospital público	hospital cujo proprietário, principal financiador ou tutor administrativo é o Estado, podendo ser de acesso universal ou de acesso restrito.	2
7876	inativo	indivíduo que, independentemente da sua idade, no período de referência não podia ser considerado economicamente ativo, isto é, não estava empregado, nem desempregado.	1
3443	internamento	modalidade de prestação de cuidados de saúde a indivíduos que, após admissão num estabelecimento de saúde, ocupam cama (ou berço de neonatologia ou pediatria) para diagnóstico, tratamento ou cuidados paliativos, com permanência de, pelo menos, 24 horas.	2
536	lotação praticada	indicador que corresponde ao número de camas (incluindo berços de neonatologia e pediatria) disponíveis e apetrechadas para internamento imediato de doentes num estabelecimento de saúde.	2
537	medicamento	substância ou associação de substâncias que possuem propriedades curativas ou preventivas de doenças e dos seus sinais ou sintomas, com vista a estabelecer um diagnóstico médico ou a restaurar, corrigir ou modificar as respetivas funções fisiológicas.	3
8161	medicina geral e familiar	especialidade em medicina que se ocupa dos problemas de saúde dos indivíduos e das famílias de forma continuada e no contexto da comunidade.	2
4385	médico	profissional de saúde com licenciatura em medicina e autorização pela respetiva ordem profissional para o exercício da medicina.	2, 4
4386	médico especialista	médico habilitado a exercer uma especialidade em medicina.	2, 4
199	nado-vivo	o produto do nascimento vivo (Vide "Nascimento vivo").	5
3374	nascimento vivo	é a expulsão ou extração completa, relativamente ao corpo materno e independentemente da duração da gravidez, do produto da fecundação que, após esta separação, respire ou manifeste quaisquer outros sinais de vida, tais como pulsações do coração ou do cordão umbilical ou contração efetiva de qualquer músculo sujeito à ação da vontade, quer o cordão umbilical tenha sido cortado, quer não, e quer a placenta esteja ou não retida.	5
3896	nível de escolaridade	nível do sistema de educação e formação que se estrutura em função da educação pré-escolar e dos ciclos de estudo dos níveis de ensino tais como: 1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo do ensino básico; ensino secundário, ensino pós-secundário não superior; bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento do ensino superior.	1
10028	nível de escolaridade completo	nível de escolaridade mais elevado que foi concluído com êxito, ou para o qual se obteve equivalência, e que confere um certificado ou um diploma.	1
538	parto	completa expulsão ou extração do corpo materno de um ou mais fetos, de 22 ou mais semanas de gestação, ou com 500 ou mais gramas de peso, independentemente da existência ou não de vida e de ser espontâneo ou induzido.	2, 5
539	parto com assistência	parto realizado com a assistência de médico ou enfermeiro.	5
540	parto distócico	parto efetuado com intervenções instrumentais como o fórceps e a ventosa, ou por cesariana.	2
541	parto eutócico	parto vaginal efetuado sem intervenção instrumental e com ou sem episiotomia.	2
542	parto sem assistência	parto realizado sem a assistência de médico ou enfermeiro.	5
3479	pequena cirurgia	cirurgia que, embora executada em condições de segurança e assepsia e com recurso a anestesia local, dispensa a sua realização numa sala de bloco operatório, o apoio direto de um ajudante, a monitorização anestésica e a estadia em recobro, tendo alta imediata após a intervenção.	2

Código	Designação	Definição	Capítulo(s)
2439	peçoal ao serviço	peçoas que, no período de referência, participaram na atividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições: a) peçoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração; b) peçoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros ativos de cooperativas); c) peçoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta diretamente remunerados; d) peçoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho. Não são consideradas como peçoal ao serviço as peçoas que: i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas diretamente remunerados; iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários); iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por "recibos verdes").	2
544	posto farmacêutico móvel	estabelecimento destinado à dispensa ao público de medicamentos e produtos de saúde ao público, a cargo de um farmacêutico e dependente de uma farmácia em cujo alvará se encontra averbado.	3
8178	problema de saúde prolongado	problema de saúde que dura ou se prevê vir a durar mais do que seis meses.	1
7863	quarto privado	quarto individual com casa de banho privativa.	2
8186	recobro no bloco operatório	vide Unidade de Cuidados Pós-Anestésicos	2
3548	recobro no internamento	sala onde alguns doentes saídos de uma Unidade de Cuidados Pós-Anestésicos (UCPA) que necessitam de cuidados pós-cirúrgicos imediatos, permanecem monitorizados durante algum tempo sob vigilância sistemática e organizada.	2
5095	reformado	indivíduo que, tendo cessado o exercício de uma profissão, por decurso de tempo regulamentar, por limite de idade, por incapacidade ou por razões disciplinares, beneficia de uma pensão de reforma.	1
547	sala de consulta	espaço destinado à observação de um indivíduo num serviço de consulta de um estabelecimento de saúde.	2
3550	sala de observação	unidade integrada no serviço de urgência hospitalar, onde os doentes permanecem para observação e/ou terapêutica até evidência conclusiva do diagnóstico.	2
548	sala de partos	sala preparada para a realização do período expulsivo do parto.	2
549	sala operatória	sala equipada e integrada em bloco operatório que permite a execução de cirurgias e de exames que requeiram elevado nível de assepsia e anestesia.	2
555	serviço de urgência	unidade funcional clínica de um estabelecimento de saúde que presta cuidados de saúde a indivíduos que acedem do exterior com alteração súbita ou agravamento do estado de saúde, a qualquer hora do dia ou da noite durante 24 horas.	2
9880	serviço de urgência hospitalar	serviço de urgência de um hospital dotado de meios físicos, técnicos e humanos especializados, para tratamento de situações de urgência.	2
3545	subespecialidade em medicina	título que reconhece uma diferenciação numa área particular de uma especialidade em medicina a membros do respectivo Colégio da Ordem dos Médicos.	4
513	tempo de internamento	total de dias utilizados por todos os doentes internados nos diversos serviços de um estabelecimento de saúde num período de referência, excetuando os dias das altas dos mesmos doentes desse estabelecimento de saúde.	2
3452	total de internamentos	número de internamentos que resulta do somatório da existência inicial de doentes no período de referência com o número de doentes entrados, durante o mesmo período, nesse estabelecimento de saúde.	2
554	unidade de consulta externa	unidade orgânico-funcional de um hospital onde os utentes são atendidos para consulta.	2

Código	Designação	Definição	Capítulo(s)
561	unidade de cuidados intensivos	unidade funcional clínica hospitalar onde permanecem os doentes, em estado crítico e com falência de funções orgânicas vitais, que precisam de ser assistidos por meio de suporte avançado de vida, durante 24 horas por dia.	2
562	unidade de cuidados intensivos neonatais	unidade de cuidados intensivos para recém-nascidos.	2
3483	unidade de cuidados intermédios	unidade funcional clínica hospitalar onde permanecem os doentes que não estão em estado crítico, nem necessitam de ventilação invasiva, mas necessitam de vigilância organizada e sistemática durante 24 horas por dia.	2
4405	unidade de internamento	unidade orgânico-funcional prestadora de cuidados de saúde em internamento.	2
3484	unidade de queimados	unidade funcional clínica hospitalar onde os doentes queimados, em estado crítico, são assistidos durante 24 horas por dia.	2

CLASSIFICAÇÕES

Classificação	Versão	Definição	Nível	Código
Atendimentos nos serviços de urgência dos hospitais	V04427 - Tipos de urgência	Total	1	T
		Geral	2	1
		Obstetria	2	2
		Pediatria	2	3
		Psiquiatria	2	4
Atos complementares de saúde	V04429 - Tipos de ato complementar de diagnóstico e de terapêutica	Total	1	T
		Análises clínicas	2	01
		Bioquímicas	3	01.01
		Hematológicas	3	01.02
		Imunológicas	3	01.03
		Microbiológicas	3	01.04
		Genéticas	3	01.05
		Outras	3	01.06
		Anatomia patológica	2	02
		Autópsias	3	02.01
		Exames citológicos	3	02.02
		Exames histológicos	3	02.03
		Outros	3	02.04
		Cardiologia	2	03
		Electrocardiologias	3	03.01
		Ecocardiografias	3	03.02
		Cateterismos cardíacos	3	03.03
		Atos terapêuticos	3	03.04
		Outros	3	03.05
		Dermatologia	2	04
		Dermatologia	3	04.00
		Gastrenterologia	2	05
		CPRE	3	05.01
		Endoscopias altas	3	05.02
		Endoscopias baixas	3	05.03
		Outros	3	05.04
		Ginecologia	2	06
		Exames endoscópicos	3	06.01
		Atos cirúrgicos	3	06.02
		Outros	3	06.03
		Imuno-hemoterapia	2	07
		Análises	3	07.01
		Unidades transfundidas	3	07.02
		Outros	3	07.03
		Medicina física e reabilitação	2	08
		Técnicas diagnósticas	3	08.01
		Técnicas terapêuticas	3	08.02
		Medicina nuclear	2	09
		Atos de diagnóstico	3	09.01
		Atos terapêuticos	3	09.02
		Tomografias por emissão de positrões (TEP)	3	09.03
		Neurologia	2	10

Classificação	Versão	Definição	Nível	Código
		EEG	3	10.01
		Electromiografias	3	10.02
		Estudo do sono	3	10.03
		Potenciais evocados	3	10.04
		Ultrassonografias	3	10.05
		Outros	3	10.06
		Obstetrícia	2	11
		Cardiotocografias	3	11.01
		Ecografias	3	11.02
		Outros	3	11.03
		Oftalmologia	2	12
		Laser	3	12.01
		Electrofisiologias	3	12.02
		Terapias fotodinâmicas maculares	3	12.03
		Outros	3	12.04
		Otorrinolaringologia	2	13
		Estudo do sono (ORL)	3	13.01
		Outros	3	13.02
		Pneumologia	2	14
		Endoscopias	3	14.01
		Estudo do sono	3	14.02
		Provas de função respiratória	3	14.03
		Outros	3	14.04
		Psiquiatria	2	15
		Procedimentos de diagnóstico/avaliação psiquiátrica	3	15.01
		Procedimentos psiquiátricos terapêuticos	3	15.02
		Outros	3	15.03
		Radiologia	2	16
		Angiografias	3	16.01
		Ecografias	3	16.02
		Estudos por döppler	3	16.03
		Osteodensitometrias	3	16.04
		Radiologias de intervenção	3	16.05
		Ressonâncias magnéticas	3	16.06
		Rx convencional	3	16.07
		Tomografias axiais computadorizadas (TAC)	3	16.08
		Outros	3	16.09
		Radioncologia	2	17
		Radioterapias externas - tratamentos simples	3	17.01
		Radioterapias externas - tratamentos complexo	3	17.02
		Braquiterapias	3	17.03
		Radiocirurgias	3	17.04
		Reumatologia	2	18
		Reumatologia	3	18.00
		Urologia	2	19
		Ecografias	3	19.01

Classificação	Versão	Definição	Nível	Código
		Urodinâmica	3	19.02
		Outros	3	19.03
		Outros	2	20
		Outros	3	20.00
Camas hospitalares	V04417 - Tipos de cama hospitalar, 2019	Total	1	T
		Camas de internamento	2	1
		Enfermarias	3	1.1
		Quartos semiprivados	3	1.2
		Quartos privados	3	1.3
		Unidade de cuidados intensivos (UCI)	3	1.4
		Neonatais	4	1.41
		Pediátricos	4	1.42
		Cirúrgicos	4	1.44
		Médicos	4	1.43
		Coronários	4	1.44
		Polivalente	4	1.45
		Outras	4	1.46
		Unidade de cuidados intermédios (UCM)	3	1.5
		Unidade de queimados	3	1.6
		Outros serviços / valências	3	1.7
		Outras camas	2	2
		Berçário	3	2.1
		Hospital de dia	3	2.2
		Recobro no internamento	3	2.3
		Recobro no bloco operatório	3	2.4
		Sala de observação (dos serviços de urgência)	3	2.5
		Outras	3	2.6
Cirurgias nos hospitais	V03758 - Especialidades da cirurgia	Total	1	T
		Cirurgia (exceto pequena cirurgia)	2	1
		Angiologia e cirurgia vascular	3	1.1
		Cirurgia cardiotorácica	3	1.2
		Cirurgia geral	3	1.3
		Cirurgia maxilofacial	3	1.4
		Cirurgia pediátrica	3	1.5
		Cirurgia plástica e reconstrutiva e estética	3	1.6
		Estomatologia	3	1.7
		Ginecologia-obstetrícia	3	1.8
		Neurocirurgia	3	1.9
		Oftalmologia	3	1.10
		Ortopedia	3	1.11
		Otorrinolaringologia	3	1.12
		Urologia	3	1.13
		Outras especialidades cirúrgicas	3	1.14
		Pequena cirurgia	2	2
		Pequena cirurgia	3	2.0

Classificação	Versão	Definição	Nível	Código
Consultas médicas nos hospitais	V02860 - Especialidades das consultas médicas, na consulta externa, nos hospitais	Total	1	T
		Especialidades cirúrgicas	2	1
		Angiologia e cirurgia vascular	3	1.1
		Cirurgia cardiotorácica	3	1.2
		Cirurgia geral	3	1.3
		Cirurgia maxilofacial	3	1.4
		Cirurgia pediátrica	3	1.5
		Cirurgia plástica e reconstrutiva e estética	3	1.6
		Estomatologia	3	1.7
		Ginecologia-obstetrícia	3	1.8
		Neurocirurgia	3	1.9
		Oftalmologia	3	1.10
		Ortopedia	3	1.11
		Otorrinolaringologia	3	1.12
		Urologia	3	1.13
		Outras especialidades cirúrgicas	3	1.14
		Especialidades médicas	2	2
		Anestesiologia	3	2.1
		Cardiologia	3	2.2
		Cardiologia pediátrica	3	2.3
		Dermatovenereologia	3	2.4
		Doenças infecciosas	3	2.5
		Endocrinologia	3	2.6
		Gastrenterologia	3	2.7
		Genética médica	3	2.8
		Hematologia clínica	3	2.9
		Imunoalergologia	3	2.10
		Imuno-hemoterapia	3	2.11
		Medicina dentária	3	2.12
		Medicina do trabalho	3	2.13
		Medicina física e de reabilitação	3	2.14
		Medicina geral e familiar	3	2.15
		Medicina interna	3	2.16
		Medicina nuclear	3	2.17
		Nefrologia	3	2.18
		Neurologia	3	2.19
		Oncologia médica	3	2.20
		Pediatria	3	2.21
		Pneumologia	3	2.22
		Psiquiatria	3	2.23
		Psiquiatria da infância e adolescência	3	2.24
		Radioterapia	3	2.25
		Reumatologia	3	2.26
		Outras especialidades médicas	3	2.27

Classificação	Versão	Definição	Nível	Código
Duração da gravidez	V02028 - Duração da gravidez	Total	1	T
		Menos de 22 semanas	2	1
		22 - 27 semanas	2	2
		28 - 31 semanas	2	3
		32 - 36 semanas	2	4
		37 - 41 semanas	2	5
		Mais de 41 semanas	2	6
		Ignorada	2	9
Equipamentos de diagnóstico e de terapêutica	V04420 - Tipos de equipamento de diagnóstico e de terapêutica, 2019	Angiografia digital	1	1
		Ecografia	1	2
		Mamografia	1	3
		Radiologia simples	1	4
		Radiologia telecomandada	1	5
		Ressonância magnética	1	6
		Osteodensitômetro (por RX)	1	7
		Tomografia axial computadorizada (TAC)	1	8
		Medicina nuclear (câmaras gama, ciclotrões e osteodensitômetros por medicina nuclear)	1	9
		Tomografia por emissão de positrões (TEP)	1	10
		Endoscopia	1	11
		Radioncologia/radioterapia oncológica	1	12
		Litotricia	1	13
		Hemodiálise	1	14
		Arquivo imagiológico digital	1	15
		Neurofisiologia e sono	1	16
		Aparelho de ventilação	1	17
		Equipamento para telemedicina	1	18
Escalões de peso	V02372 - Escalões de peso à nascença	Total	1	T
		Menos de 500 g	2	1
		500 - 999 g	2	2
		1 000 - 1 499 g	2	3
		1 500 - 1 999 g	2	4
		2 000 - 2 499 g	2	5
		2 500 - 2 999 g	2	6
		3 000 - 3 499 g	2	7
		3 500 - 3 999 g	2	8
		4 000 - 4 499 g	2	9
		4 500 - 4 999 g	2	10
		5 000 g e mais	2	11
		Ignorada	2	99
Especialidades	V00386 - Especialidades dos médicos	Não especialistas	1	1
		Especialistas	1	2
		Anatomia Patológica	2	201
		Anestesiologia	2	202
		Cardiologia	2	203
		Cardiologia Pediátrica	2	204

Classificação	Versão	Definição	Nível	Código
		Cirurgia Geral	2	205
		Cirurgia Cardiorácica	2	206
		Cirurgia Maxilofacial	2	207
		Cirurgia Pediátrica	2	208
		Cirurgia Plástica, Reconstructiva e Estética	2	209
		Angiologia e Cirurgia Vascular	2	210
		Medicina Geral e Familiar	2	211
		Dermatovenereologia	2	212
		Doenças Infeciosas	2	213
		Endocrinologia-Nutrição	2	214
		Estomatologia	2	215
		Farmacologia Clínica	2	216
		Gastrenterologia	2	217
		Ginecologia-Obstetrícia	2	218
		Imuno-hemoterapia	2	219
		Hematologia Clínica	2	220
		Imunoalergologia	2	221
		Medicina Desportiva	2	222
		Medicina Física e de Reabilitação	2	223
		Medicina Interna	2	224
		Medicina Legal	2	225
		Medicina Nuclear	2	226
		Medicina do Trabalho	2	227
		Medicina Tropical	2	228
		Nefrologia	2	229
		Neurocirurgia	2	230
		Neurorradiologia	2	231
		Neurologia	2	232
		Oftalmologia	2	233
		Oncologia Médica	2	234
		Otorrinolaringologia	2	235
		Ortopedia	2	236
		Patologia Clínica	2	237
		Pediatria	2	238
		Psiquiatria da Infância e da Adolescência	2	239
		Pneumologia	2	240
		Psiquiatria	2	241
		Radiodiagnóstico	2	242
		Radioterapia	2	243
		Reumatologia	2	244
		Saúde Pública	2	245
		Urologia	2	246
		Subcompetência de EEG / Neurofisiologia Clínica	2	247
		Genética Médica	2	248
		Competência de Hidrologia Médica	2	249
		Competência de Medicina Farmacêutica	2	250
		Subcompetência de Neuropediatria	2	251
		Subcompetência de Medicina Intensiva	2	252
		Competência de Epidemiologia	2	253
		Competência de Emergência Médica	2	254
		Competência de Gestão dos Serviços de Saúde	2	255

Classificação	Versão	Definição	Nível	Código
		Competência de Emergência Médica	2	256
		Competência de Gestão dos Serviços de Saúde	2	257
Especialidades dos hospitais	V04441 - Especialidades dos hospitais	Doenças infecciosas	1	01
		Maternidade	1	02
		Oftalmologia	1	03
		Oncologia	1	04
		Ortopedia	1	05
		Pediatria	1	06
		Pneumologia	1	07
		Psiquiatria	1	08
		Recuperação de alcoólicos	1	09
		Reabilitação de diminuídos físicos	1	10
		Reabilitação de toxicodependentes	1	11
		Reumatologia	1	12
		Termal	1	13
		Outra	1	14
Local de parto	V02374 - Local de parto	Total	1	T
		Domicílio	2	1
		Estabelecimento hospitalar	2	2
		Outro local	2	3
Natureza do parto	V00385 - Natureza do parto	Total	1	T
		Simples	2	1
		Duplos	2	2
		Triplos e mais	2	3
Natureza do parto	V02388 - Natureza do parto (gemelar)	Total	1	T
		Simples	2	1
		Gemelar	2	2

Classificação	Versão	Definição	Nível	Código
Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos	V03503 - Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos, versão de 2013	Portugal	1	PT
		Continente	2	1
		Norte	3	11
		Alto Minho	4	111
		Cávado	4	112
		Ave	4	119
		Área Metropolitana do Porto	4	11A
		Alto Tâmega	4	11B
		Tâmega e Sousa	4	11C
		Douro	4	11D
		Terras de Trás-os-Montes	4	11E
		Centro	3	16
		Oeste	4	16B
		Região de Aveiro	4	16D
		Região de Coimbra	4	16E
		Região de Leiria	4	16F
		Viseu Dão Lafões	4	16G
		Beira Baixa	4	16H
		Médio Tejo	4	16I
		Beiras e Serra da Estrela	4	16J
		Área Metropolitana de Lisboa	3	17
		Área Metropolitana de Lisboa	4	170
		Alentejo	3	18
		Alentejo Litoral	4	181
		Baixo Alentejo	4	184
		Lezíria do Tejo	4	185
		Alto Alentejo	4	186
		Alentejo Central	4	187
		Algarve	3	15
		Algarve	4	150
		Região Autónoma dos Açores	3	2
		Região Autónoma dos Açores	4	20
		Região Autónoma dos Açores	4	200
		Região Autónoma da Madeira	3	3
		Região Autónoma da Madeira	4	30
		Região Autónoma da Madeira	4	300

Classificação	Versão	Definição	Nível	Código
Pessoal ao serviço nos hospitais e centros de saúde	V04421 - Tipos de pessoal ao serviço nos hospitais e centros de saúde, 2019	Total	1	T
		Médicos	2	1
		Médicos especialistas	3	101
		Anatomia patológica	4	10101
		Anestesiologia	4	10102
		Angiologia e cirurgia vascular	4	10103
		Cardiologia	4	10104
		Cardiologia pediátrica	4	10105
		Cirurgia cardiotorácica	4	10106
		Cirurgia geral	4	10107
		Cirurgia maxilofacial	4	10108
		Cirurgia pediátrica	4	10109
		Cirurgia plástica e reconstrutiva e estética	4	10120
		Dermatovenereologia	4	10121
		Doenças infecciosas	4	10122
		Endocrinologia	4	10123
		Estomatologia	4	10124
		Gastreenterologia	4	10125
		Genética médica	4	10126
		Ginecologia-obstetrícia	4	10127
		Hematologia clínica	4	10128
		Imunoalergologia	4	10129
		Imuno-hemoterapia	4	10130
		Medicina dentária	4	10131
		Medicina do trabalho	4	10132
		Medicina física e de reabilitação	4	10133
		Medicina geral e familiar	4	10134
		Medicina interna	4	10135
		Medicina nuclear	4	10136
		Nefrologia	4	10137
		Neurocirurgia	4	10138
		Neurologia	4	10139
		Neurorradiologia	4	10140
		Oftalmologia	4	10141
		Oncologia médica	4	10142
		Ortopedia	4	10143
		Otorrinolaringologia	4	10144
		Patologia clínica	4	10145
		Pediatria	4	10146
		Pneumologia	4	10147
		Psiquiatria	4	10148
		Psiquiatria da infância e da adolescência	4	10149
		Radiodiagnóstico	4	10150
		Radioterapia	4	10151
		Reumatologia	4	10152
		Urologia	4	10153

Classificação	Versão	Definição	Nível	Código
		Outras especialidades	4	10154
		Médicos não especialistas	3	102
		Em internato	3	105
		Enfermeiros	2	2
		Enfermeiros especialistas	3	201
		Em saúde infantil e pediatria	4	20101
		Em saúde materna e obstetrícia	4	20102
		Em enfermagem médico-cirúrgica	4	20103
		Em saúde mental e psiquiatria	4	20104
		Em saúde comunitária	4	20105
		Em reabilitação	4	20106
		Outros enfermeiros especialistas	4	20107
		Enfermeiros de cuidados gerais	3	202
		Outro pessoal	2	3
		Pessoal de gestão	3	301
		Técnicos superiores de saúde	3	302
		Técnicos superiores	3	303
		Técnicos de diagnóstico e terapêutica	3	304
		Assistentes administrativos	3	309
		Assistentes operacionais	3	30A
		Outros	3	308
Salas dos hospitais	V04419 - Tipos de salas dos hospitais, 2019	Total	1	T
		Salas operatórias	2	1
		Salas de parto	2	2
		Salas de consultas médicas	2	3
Tipos de hospital	V03750 - Tipos de hospital, 2016	Total	1	T
		Público	2	1
		Acesso universal	3	1.1
		Acesso restrito	3	1.2
		Privado	2	2
		Com fins lucrativos	3	2.1
		Sem fins lucrativos	3	2.2
		Parceria público-privada	2	3
Tipos de parto	V02856 - Tipos de parto (2)	Total	1	T
		Eutócico	2	1
		Distócico	2	2
		Cesariana	3	21
		Outro	3	22

NOTA METODOLÓGICA

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES DE VIDA E RENDIMENTO

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento é uma operação estatística realizada anualmente junto de uma amostra representativa das famílias residentes em Portugal, cujo âmbito abrange a valorização das várias fontes de rendimento dos agregados familiares, a sua caracterização socioeconómica e ainda um conjunto extenso de variáveis relativas às condições de vida, de que se destacam neste caso as relativas à saúde. A sua realização permite a divulgação anual dos indicadores estatísticos sobre taxa de risco de pobreza e desigualdade na distribuição dos rendimentos e sobre privação material e habitacional, sendo também a fonte de dados para a atualização anual dos indicadores de base populacional sobre o estado de saúde e para o cálculo dos indicadores relativos à esperança de vida com saúde (anos de vida saudável).

O inquérito integra o programa harmonizado de estatísticas comunitárias sobre o rendimento e condições de vida dos agregados domésticos privados, EU-SILC.

INQUÉRITO AOS HOSPITAIS

O Inquérito aos Hospitais é uma operação estatística que recolhe dados sobre os equipamentos e instalações, os recursos humanos e a atividade desenvolvida pelos hospitais localizados no Continente e nas Regiões Autónomas. Esta operação estatística foi aplicada pela primeira vez em 1986 (sobre dados de 1985) e, desde então, tem sido realizada anualmente.

Desde 2020 (dados de 2019), integra dados de base administrativa para os hospitais públicos de acesso universal do Continente e dados de inquérito para os hospitais privados e para os hospitais públicos de acesso restrito do Continente, e todos os hospitais, públicos e privados, das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. A utilização dos dados administrativos para fins estatísticos é realizada ao abrigo de um protocolo de cooperação estabelecido entre o Instituto Nacional de Estatística (INE, I.P.), a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS, I.P.) e a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS, E.P.E.).

FARMÁCIAS E MEDICAMENTOS

Os dados sobre farmácias e medicamentos resultam do aproveitamento de dados administrativos para fins estatísticos fornecidos anualmente pelo INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P. para o Continente, e pelos Serviços Regionais de Estatística dos Açores e da Madeira para as Regiões Autónomas. O INE organiza posteriormente os dados para divulgação.

PESSOAL DE SAÚDE INSCRITO

Os dados de pessoal de saúde inscrito resultam do aproveitamento de dados administrativos para fins estatísticos fornecidos pelas respetivas ordens profissionais. A informação referente a médicos registados na Ordem dos Médicos (ativos ou não) e a médicos dentistas registados na Ordem dos Médicos Dentistas (ativos ou não) é disponibilizada geograficamente segundo a residência declarada pelos profissionais de saúde, enquanto a relativa a enfermeiros registados na Ordem dos Enfermeiros (ativos) e a farmacêuticos registados na Ordem dos Farmacêuticos (ativos) é obtida de acordo com o local de atividade dos profissionais de saúde.

PARTOS

Trata-se de informação proveniente de uma especialização estatística baseada nas estatísticas vitais, utilizando para este fim a informação sobre nados-vivos e fetos-mortos.

A recolha de informação de base sobre os nados-vivos e os óbitos fetais é proveniente das bases de dados recebidas no INE através de transmissão eletrónica pelas Conservatórias de Registo Civil (CRC) no âmbito do Sistema Integrado do Registo e Identificação Civil (SIRIC), bem como no âmbito do Sistema de Informação dos Certificados de Óbitos (SICO).

CONTA SATÉLITE DA SAÚDE

A Conta Satélite da Saúde (CSS) tem como objetivo principal avaliar os recursos económicos de um país utilizados na prestação de serviços de cuidados de saúde. De uma maneira geral, procura medir a despesa total em cuidados de saúde, integrando as diferentes dimensões que constituem um Sistema de Saúde Nacional, ou seja, os prestadores de cuidados de saúde, os agentes financiadores e as funções de cuidados de saúde.

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Dado confidencial
//	Valor não aplicável
x	Dado não disponível
⊥	Quebra de série
Po	Dados provisórios
Pe	Dados preliminares

UNIDADES DE MEDIDA

N.º	Número
€	Euros
%	Percentagem

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde
A. M. Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa
A. M. Porto	Área Metropolitana do Porto
CRC	Conservatórias do Registo Civil
CSS	Conta Satélite da Saúde
DGS	Direção-Geral de Saúde
EU-SILC	EU Statistics on Income and Living Conditions
H	Homens
HM	Total dos dois sexos
ICOR	Inquérito às Condições de Vida e Rendimento
INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, IP
ISFLSF	Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias
M	Mulheres
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
NUTS I	Nível 1 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
NUTS II	Nível 2 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
NUTS III	Nível 3 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PIB	Produto Interno Bruto
R. A. Açores	Região Autónoma dos Açores
R. A. Madeira	Região Autónoma da Madeira
SICO	Sistema de Informação dos Certificados de Óbito
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SPMS	Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
SRS	Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas
UE	União Europeia



www.ine.pt